

ESCOLA **informação**

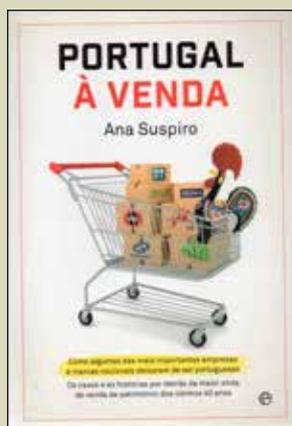
N.º 269 julho 2015 . MENSAL . 0,50€



Que Escola queremos? Que sociedade queremos?

Dossier

LEITURAS



Suspiro, Ana
Portugal à Venda,
Esfera dos Livros,
Lisboa, 2015

O processo de privatizações tem sido tomado como pretexto para a redução da dívida pública e a realização das metas do défice acordada com a *troika*. No entanto, apesar de este ter rendido 9,5 mil milhões de euros, a primeira ascendeu a 130% do PIB em 2014. Além disso, tal valor nem sequer pode ser considerado uma gota de água no oceano de uma dívida que, em termos absolutos, atinge 220 mil milhões de euros, isto é,

representa menos de 5%. Estes dados provam que aquele processo visa essencialmente o desmantelamento do que resta do setor empresarial do Estado, para além de tentar fechar definitivamente um ciclo que se iniciou com a integração de Portugal na União Europeia: o ciclo de transferência dos grandes núcleos de decisão empresarial para grupos estrangeiros numa paisagem de desindustrialização e de conversão do país numa economia de trânsito, de que se destaca o turismo, de especulação imobiliária e de serviços precários. De facto, como constata a jornalista Ana Suspiro no seu excelente livro *Portugal à Venda*, “as operações [privatização] de maior sucesso não trazem o investimento estrangeiro produtivo em bens transacionáveis e as empresas exportadoras” (p. 94). Além disso, a deslocalização dos centros de decisão económica contribui para a quebra da capitalização na bolsa portuguesa, a que não é estranho a redução do peso relativo das empresas controladas por investidores nacionais: 26,3% atualmente contra 43% e 45% em 2008. O modo como o processo de privatizações tem sido conduzido revela que o Governo não tem outro objetivo senão a realização de receitas de curto prazo que jamais compensarão as ingentes perdas de longo prazo resultantes da transferência dos centros de decisão económica para outras paragens. Alguns ‘indicadores’ deste processo são particularmente significativos. Antes de tudo, a extinção das ‘golden-share’

em empresas privadas, que permitiam ao Estado bloquear as privatizações que pusessem em causa o interesse público. Depois, a modalidade de venda direta que substituiu o concurso público, favorecendo interesses particulares que não estão submetidos a nenhum controlo. A isto acrescenta-se ainda a ausência de regulação, já que as antigas comissões de acompanhamento das privatizações dão lugar a meras comissões *ad hoc* que se limitam a ratificar o que já está decidido de forma pouco transparente. Mas um dos fenómenos mais relevantes deste processo é a transformação da ParPública, a agência responsável pela gestão das participações do Estado nas empresas privadas, em principal revendedora das mesmas. Por fim, a abdicação dos critérios que poderiam satisfazer o interesse público com o objetivo de favorecer o ganho pecuniário evanescente: a privatização da EDP deixou incólumes as rendas de monopólio, enquanto a privatização da ANA, para além de ter estabelecido um prazo de concessão de meio século, desvincula praticamente a Vinci, a nova gestora das infraestruturas aeroportuárias, de construir um novo aeroporto. Eis como se forma um novo significado da palavra “privatizar”: “Privatizar não significa apenas abrir ao capital privado, mas entregar a totalidade da empresa ao novo dono” (p. 90).

Joaquim Jorge Veiguinha

Despacho de organização do ano letivo

A última oportunidade perdida ou cegueira ideológica?

O Ministério da Educação e Ciência (MEC) perdeu, com a publicação recente do Despacho Normativo 10-A/2015, de 19 de junho (despacho de organização do ano letivo 2015/2016 – DOAL) neste final de legislatura, a sua última oportunidade para efetivamente criar melhores condições de trabalho nas escolas procurando desta forma contribuir para a dignificação da profissão docente e a melhoria da qualidade do ensino e dos resultados da aprendizagem dos alunos, promovendo assim o combate ao abandono escolar precoce.

Entre 2011 e 2015 a Educação, particularmente a Escola Pública, sofreu uma enorme depauperação de recursos que muito prejudicou o seu funcionamento. Os cortes orçamentais foram assim o instrumento privilegiado da política neoliberal de reconfiguração do Estado e conseqüentemente da educação pública. Encerrar escolas, agrupar outras, aumentar o número de alunos por turma, reduzir currículos e acabar com algumas disciplinas permitiu ao governo atirar milhares de docentes para o desemprego e enfraqueceu a Escola Pública. Por outro lado, assistiu-se ao aumento do trabalho burocrático atribuído aos professores, em detrimento da vertente pedagógica, ao mesmo tempo que se desregularam as condições e horários de trabalho e se desvalorizaram os salários, medidas que, entre outras, levaram milhares de docentes a aposentarem-se prematuramente.

Com este pano de fundo esperava-se que o MEC, pelo menos em ano de eleições legislativas, fosse para além da retórica preambular do referido despacho e tivesse a coragem de concretizar no seu articulado os aspetos que aí contempla. Analisando cuidadosamente o DOAL verifica-se que tudo continua igual. Apenas se apresentam mais algumas horas a prestar pela equipa TIC para manutenção e gestão dos recursos tecnológicos, estando estas, no entanto, dependentes do número de horas de redução a que estes professores têm direito ao abrigo do art.º 79º do ECD. Na prática, esta redução, prevista no Despacho Normativo, pode ser igual a zero.

O que se tem verificado com os horários e condições de trabalho dos docentes é uma violação clara da Constituição da República Portuguesa, nomeadamente no que concerne à alínea b) – ponto 1 do art.º 59º (direitos dos trabalhadores), violação a que urge pôr termo. A CRP é clara: – *“Todos os trabalhadores, sem distinção de idade, sexo, raça, cidadania, território de origem, religião, convicções políticas ou ideológicas, têm direito: A organização do trabalho em condições socialmente dignificantes, de forma a facultar a realização pessoal e a permitir a conciliação da actividade profissional com a vida familiar”*

Os docentes, e a Escola Pública, precisam é que lhes criem condições para poderem realizar o seu trabalho pedagógico de forma digna. Só assim se pode garantir a qualidade da educação que queremos proporcionar aos futuros cidadãos deste país.

O MEC ainda tem o tempo necessário para corrigir este despacho. Na ausência de vontade política da sua parte teremos de ser nós a obrigá-lo! ■



2 Sugestões

3 Editorial

5 Dossier

Que escola queremos?

Que sociedade queremos?

13 Cidadania

Vem aí o empreendedorismo

14 Reportagem

Agrupamento de escolas das Olaias

18 Escola/Professores

18. Igualdade faz o meu género
Quantas culturas a cultura tem?
19. Municipalização da Educação
20. Os professores estão mesmo contra a municipalização
Aproximar a Educação ou o controlo?
21. Sr. ministro: os professores dispensam os seus elogios
22. Os concursos
O governo não respeita os trabalhadores da Casa Pia
23. O CTT para o Ensino Particular e Cooperativo mantém-se em vigor
24. Pré-Escolar reuniu com a DGE
25. é preciso pôr termo à instabilidade profissional no Ensino Superior
26. Plenário de Docentes Aposentados da Região de Lisboa
27. VII Encontro Inter-Reformados - Lisboa
28. Manifestação nacional de 20 de junho
Saudação de José Alberto Marques

29 Aos Sócios

35 Consultório Jurídico

Regime e Efeitos das Faltas para assistência a familiares na Doença

Que sociedade? Que Escola?

Há quem diga que a Europa de hoje “não tem políticos”, o que me parece redondamente falso. Ela tem, e em número elevado, um determinado tipo de políticos: os que alegremente se subalternizam aos tecnocratas e, através deles, aos interesses dos grandes grupos financeiros. Que se extasiam perante números – mesmo que “torturados”, para usar uma expressão em voga – numa vulgar folha de *Excel*. Para quem a miséria, o desemprego e o aumento das desigualdades são meros “acidentes colaterais”. Dirão, em voz ternurenta, que gostariam que tais coisas não existissem, mas que nada podem fazer: são as consequências da livre ação dos mercados, repetem insistentemente.

É preciso um sobressalto cívico e de dignidade que diga a estes tecnocratas disfarçados em políticos que as pessoas, cada uma delas, são muito mais importantes que o valor das ações de uma qualquer multinacional. Que lhes diga que a desigualdade social é indesejável e, na dimensão que já tem e que tende a acentuar-se, é mesmo criminosa. Que lhes diga que temos direito a ser felizes. Todos e não apenas os que se babam perante os milhões das suas contas bancárias.

Trata-se de uma escolha: queremos sociedades para as pessoas ou sociedades para “os mercados”? A minha escolha é clara: quero uma sociedade para as pessoas. E quero uma escola onde os valores da solidariedade e da igualdade se sobreponham à competição e a uma pretensa justiça definida pelo triunfo dos mais fortes. Quero uma escola que não aceite como natural e justo o empobrecimento coletivo para que nos empurram, à custa do qual uns tantos enriquecem. Quero uma escola que não defina como sua tarefa a formação de cidadãos para trabalhos remunerados pelo salário mínimo no quadro das exigências das multinacionais. Quero uma escola e uma sociedade que libertem, não que oprimam. À escola de avós cavernosos que nos querem impor temos de contrapor uma escola para um futuro livre e insubmisso na conquista das solidariedades necessárias. ■

António Avelãs

Entrevista do ministro Nuno Crato: Professores dispensam elogios à sua “boa vontade”, exigem respeito pelo seu estatuto profissional

PÁGINA
21



Dossier

ESCOLA INFORMAÇÃO Nº269 julho 2015

■ “Que escola queremos? Que sociedade queremos?”

é o tema, muito abrangente, deste Dossier. Particularmente oportuno no momento que vivemos. E entre um ano letivo que termina e outro que se prepara.

O Dossier inclui uma entrevista com José Alberto Marques; uma síntese da conferência “Que fazer com esta escola? A escola Pública da crise, ou a crise da escola Pública”, que teve lugar em 30 de maio, por iniciativa do Centro de Formação de Escolas de Sintra e largos extratos da intervenção de António Nabarrete nessa mesma conferência.

Um conjunto de textos que poderemos considerar se inserem na perspetiva de “pensar com ousadia os desafios atuais”. ■



Entrevista com

José Alberto Marques

Presidente do SPGL

**Só a dignidade
da profissão poderá
abrir o caminho
a novos professores
e manter a vitalidade
da Escola Pública**

“A cidadania plena e interventiva, elemento crucial para o sucesso do combate contra as desigualdades sociais, económicas e políticas, só poderá ser atingida através da elevação dos padrões democráticos, culturais e científicos do conjunto da população o que só a escola pública pode almejar atingir, exatamente por ser a promotora por excelência da igualdade de oportunidades”, diz José Alberto Marques, na sua primeira entrevista à EI como presidente do SPGL. Palavras em que ressalta a interligação entre a luta por uma escola pública de qualidade e o projeto de uma sociedade democrática, aberta e solidária.

• **Lígia Calapez**

Jornalista

- O ensino e, em particular, a escola inserem-se necessariamente num projeto de sociedade. Em que projeto de sociedade o SPGL se revê?

Num projeto de sociedade na qual a igualdade de oportunidades, a educação integral do indivíduo e o trabalho cooperativo e com direitos sejam a matriz essencial. Num projeto de sociedade que combata o empobrecimento a que temos assistido nos últimos anos, o aumento das desigualdades sociais e do desemprego e o ataque às funções sociais do Estado, nomeadamente no plano da educação, saúde e segurança social.

Num projeto para uma sociedade que seja democrática, aberta e solidária. Quer no plano europeu, contribuindo para a transformação de uma Europa subjugada ao poder financeiro numa Europa verdadeiramente social e cooperativa, quer no plano mundial atuando no sentido de fortalecer a via do diálogo entre os povos que conduza a um novo estágio de desenvolvimento da humanidade no seu conjunto.

Em suma, um projeto de sociedade na qual o movimento sindical, e portanto também o SPGL, deverá cumprir o seu papel de organizador da luta por uma so-

cidade que valorize o trabalho com direitos, promova uma vida digna para todos e releve, em particular, o valor emancipador da educação.

- Como se inscreve a escola pública nesse projeto?

A Escola Pública é um dos instrumentos fundamentais para garantir a consecução dos objetivos enunciados na resposta anterior. Nunca haverá verdadeira igualdade de oportunidades sem uma escola pública democrática, de qualidade e de acesso livre e gratuito para todas as crianças e jovens do nosso país. Por outro lado, a cidadania plena e interventiva, elemento crucial para o sucesso do combate contra as desigualdades sociais, económicas e políticas, só poderá ser atingida através da elevação dos padrões democráticos, culturais e científicos do conjunto da população, o que só a escola pública pode almejar atingir, exatamente por ser a promotora por excelência da igualdade de oportunidades.

- Na sua intervenção na Conferência “Que fazer com esta escola? A escola pública da crise, ou crise da Escola Pública?”, Sampaio da Nóvoa sublinhou a necessidade de reconfigurar a escola pública, apontando no-

meadamente no sentido de “um movimento de valorização dos professores assente em práticas de colaboração” e “uma nova conceção dos espaços de aprendizagem”, (des)normalizando a escola “sem perder a escola pública”. Queres comentar?

As práticas colaborativas são um elemento essencial na criação de condições para o primado do pedagógico sobre o administrativo. Mas o nosso mundo gira a uma enorme velocidade e a escola que hoje temos não terá futuro se continuar organizada nos mesmos moldes em que nasceu em meados do século XIX. É preciso que o processo de ensino-aprendizagem saia dos espaços fechados da sala de aula para ganhar novos horizontes. Creio que o Professor Sampaio da Nóvoa quis deixar claro que a transformação da escola, neste caso da escola pública, é a melhor garantia da sua sustentabilidade. Com efeito, não bastam bons e diversificados currículos, programas disciplinares ousados, apoios para quem deles necessita, professores empenhados e com estatuto dignificado. É preciso que tudo isso tenha lugar numa escola do século XXI. E essa escola, que temos de ir construindo, terá de ser uma escola de colaboração e de portas abertas. No sentido literal e no sentido figurado!

Fotos: Paulo Machado



- Durante a campanha eleitoral de que resultou a folgada eleição da atual direção, a lista A foi acusada de falta de combatividade e mesmo de fazer o jogo do PS. Consideras haver algum fundamento para este tipo de acusações?

A resposta a essa questão foi dada pelos professores, educadores e investigadores no passado dia 14 de maio, como aliás se depreende pelas considerações que antecedem a pergunta. À falta de programa, na ausência de fatores de diferenciação em termos de combate sindical, imperam as insinuações. Temos um bom programa, uma boa equipa e uma grande ligação às escolas e a quem nelas trabalha. O futuro irá demonstrar que os professores, educadores e investigadores estiveram certos quando nos escolheram, folgadamente, para organizar as suas lutas e garantir a negociação necessária à consecução das reivindicações.

- Que interligação ou oposição poderá existir entre a luta dos professores em defesa dos seus interesses profissionais e o aprofundamento e luta pela dimensão intrinsecamente pedagógica do ensino?

As sociedades livres e democráticas caracterizam-se pelo primado da constante negociação, muitas vezes (ou quase sempre), antecedida de processos de luta que para ela criem condições. As situações de conflito são inevitáveis aqui ou ali. Mas a luta e as reivindicações dos professores têm

demonstrado à evidência que a dimensão pedagógica nunca foi posta em causa pela dimensão estritamente profissional. Continuaremos a atuar com essa perspetiva na primeira linha das nossas preocupações.

- Que linhas gerais de orientação do SPGL gostarias de salientar?

Propomo-nos centrar todo o nosso esforço e empenho na construção da unidade dos professores, educadores e investigadores, tarefa indispensável para que a sua luta tenha consequências na defesa da dignidade da profissão, da Escola Pública e da qualidade do ensino. Queremos que o SPGL que temos vindo a construir – com pensamento próprio, democrático, plural, lutador, dinâmico, respeitado, prestigiado – se reforce ainda mais quer em número de sócios, quer de delegados sindicais, quer ainda no plano do reconhecimento social. Temos consciência das dificuldades que iremos atravessar ao longo do nosso mandato. Uma que já vêm de trás, como resultado das políticas de austeridade vividas na última década, especialmente nos últimos quatro anos, e outras que irão surgir devido ao ataque constante às funções sociais do Estado e aos direitos dos docentes e investigadores. O SPGL, através de ações próprias ou no âmbito da FENPROF, CGTP e Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública, ou ainda participando noutras plataformas progressistas de luta que envolvam os do-

centes e investigadores ou, num plano mais abrangente, todos os sectores laborais, estará na linha da frente da luta pela democracia e pelo trabalho com direitos, que impeça o retrocesso social e civilizacional que a direita neoconservadora pretende.

Concluindo, o fulcro da nossa orientação assentará: no imperativo de recuperação da dignidade das condições de trabalho, nomeadamente através de horários equilibrados, justos e criteriosos, nos quais todo o trabalho com os alunos faça objetivamente parte da componente letiva; na reivindicação de uma aposentação condigna que tenha em conta o desgaste provocado pelo exercício da profissão; na exigência da reposição imediata dos salários sem cortes; na integração e progressão dos docentes nos escalões com respeito por todo o serviço prestado, sem “quotas” em qualquer deles; no combate pela autonomia pedagógica no essencial do exercício da profissão, com menos alunos por turma, com equipas de apoio aos alunos e com currículos reforçados e de largo espectro.

Só com a dignificação da profissão docente e dos seus profissionais, quer no ativo quer aposentados será possível defender a Escola Pública, manter a sua vitalidade e abrir o caminho a novos professores, aqueles que agora engrossam as estatísticas do desemprego.

Este será o cerne da nossa intervenção sindical! ■

Que fazer com esta escola? A escola Pública da Crise, ou a crise da escola Pública?

Pensar com ousadia os desafios atuais

• **Lígia Calapez**

Jornalista

“Este é o momento oportuno e necessário para fazermos o debate sobre a escola pública”. Palavras da diretora do Agrupamento de Escolas Monte da Lua, na abertura da conferência “Que fazer com esta escola? A escola Pública da Crise, ou a crise da escola Pública?”, que sublinhou ainda que “este debate tem de ser conduzido pelas escolas e pelos professores” mobilizando nomeadamente “os pensadores que têm dedicado a sua vida ao estudo e reflexão da problemática educativa”. Isso mesmo aconteceu nesta conferência, organizada pelo Centro de Formação de Escolas de Sintra (CFAES), e que contou com as intervenções de Sampaio da Nóvoa, catedrático e reitor honorário do Instituto de Educação da Universidade de Lisboa, António Nabarrete, professor aposentado e dirigente do SPGL, e António Castel Branco, diretor do Agrupamento de Escolas Ferreira de Castro e membro do Conselho de Escolas.



Entre a conjuntura da crise...

A intervenção de Sampaio da Nóvoa centrou-se em duas vertentes fundamentais. Dois “apontamentos”. Um primeiro, mais conjuntural. Um segundo no “tempo longo da escola do futuro”.

No primeiro apontamento, mais conjuntural, Nóvoa falou dos reflexos da crise na escola pública. Mas, sobretudo, de “uma certa corrosão do contrato social em torno da escola”, do massacre diário, com “muita estatística nos jornais, muito comentador”, dizendo que havia despesas demais com a educação, passando depois

para a ideia “de que era preciso encostar os professores à parede”.

“As políticas dos últimos anos não surgem por geração espontânea”, sublinhou, e traduziram-se em “políticas públicas que se tornaram particularmente gravosas do ponto de vista, não só da escola pública, mas também do que é a profissão docente e do que é a organização do nosso sistema de ensino”. Manifestaram-se, em particular, “numa quebra de investimento muito forte, numa desvalorização do professorado, numa espécie de regresso à ideia de uma escola mínima, numa po-

lítica de avaliação e de seleção centrada sobre políticas de exclusão”.

Esta realidade ressalta, numa análise comparativa de políticas educativas, com recurso a 7-10 eixos, que (oscilando entre extremos) vão de políticas de igualdade a políticas de seleção, políticas de currículo mínimo a políticas de currículo alargado, políticas de valoração dos professores a políticas de desvalorização. “No caso de Portugal, nunca o cursor esteve tão alinhado sistematicamente de um dos lados das políticas”. O que coloca um problema grave, pondo em causa o que é a

escola pública, o que são as políticas de inclusão – de uma educação que tem que ser construção cultural. Ou não é nada.

Impõe-se, assim, um realinhamento. Mas um realinhamento que tem que ser feito com a percepção de que estamos a viver “a mais profunda mudança na área da educação e na área da aprendizagem”. Um realinhamento que tem que ser feito “numa perspetiva de futuro”.

...e o tempo longo da escola do futuro

Em causa está – salientou Nóvoa – “uma outra maneira de nos relacionarmos com o conhecimento”. Construir uma escola do futuro “sem nos fecharmos naquilo que designamos por modelo escolar”. Pois “esta ideia de escola, que tem 150 anos, está a acabar nos dias de hoje”. Estamos a viver “a 3ª revolução na história da humanidade”, depois da invenção da escrita e da do livro impresso.

“E é em grande parte sobre esta tensão entre uma crise conjuntural e uma crise no sentido de um pensamento futuro sobre a escola e a educação – que nós temos que nos debruçar nos próximos anos e tentar trazer as energias de reflexão e de pensamento”. Para que isso aconteça “é absolutamente decisivo que haja dois movimentos. Que não são contraditórios”. Um movimento de afirmação dos professores, de valorização dos professores. Mas numa perspetiva de valorização também da sua componente cooperativa e colaborativa.

E um movimento “que é muito importante e volta a inscrever a educação como cultura – em que uma grande parte da escola vai acontecer fora da escola. Isto é – vai haver inevitavelmente uma deslocalização de muitos espaços de trabalho e de muitos espaços de pesquisa e de muitos espaços de estudo. Vai haver, não apenas espaços formais de aprendizagem, mas outros espaços que não estão dentro dos edifícios escolares e deste modelo escolar, que nós inventamos em 1865”. Em

causa está “um processo em que haverá diversidade de práticas, diversidade de projetos, diversidade de escolas, diversidade dos projetos de escola, diversidade na sua relação com as sociedades. Desconstrução”.

“Mas como é que isto se faz – sem se perder esta cola, este cimento que é a escola pública?” – pergunta-se Nóvoa.

“Este é o grande desafio que temos pela frente”, considera. E afirma: “Estou convencido que um dos elementos centrais dessa agregação são os professores. Mas com uma prática mais colaborativa. Com um trabalho mais intensamente construído do ponto de vista coletivo” Aprendendo, por exemplo, com João dos Santos. Com coragem. E alguma alegria.

Porque, como dizia Almada Negreiros, “a alegria é a coisa mais séria da vida”.

O alicerce mais perene da democracia

A intervenção de António Naborre, de que nestas páginas reproduzimos largos extratos, desdobra-se em **três partes**: 1 - Estratégias educativas e financiamento da educação; 2 – recuo da escola pública como instrumento de mobilidade social ascendente e garantia da igualdade de oportunidades; 3 – reforçar a Escola Pública é reforçar a Democracia.

Com uma nota de otimismo:

Mas somente o homem
Pode o impossível:
Só ele distingue,
Escolhe e julga;
E pode ao instante
Dar duração
Goethe

Economicismo ou qualidade

O agravamento da situação na escola pública, em particular nos últimos dois anos, e questões fulcrais, como a excessiva centrali-

zação do poder de decisão (a “ditadura da plataforma”, que “faz com que as escolas só possam fazer algo depois de aprovada numa das dezenas de plataformas informáticas que o MEC, o MF, o TC, e até a Câmara Municipal, disponibilizam para controlo das escolas”), foram aprofundados por António Castel Branco.

Denunciando o “cariz economicista” das medidas do governo, o orador salientou: “O alargamento da idade da reforma, aliado ao aumento da carga horária de trabalho dos docentes e à redução drástica do seu rendimento, a que se vieram juntar as revisões curriculares decididas unilateralmente com a diminuição do peso das disciplinas das componentes artísticas e tecnológicas, essenciais para o completo desenvolvimento do jovem, tem provocado danos de difícil reparação no serviço prestado pelas nossas escolas, que, só não são mais relevantes porque os docentes e não docentes que nelas trabalham são profissionais dedicados aos alunos, e continuam a fazer o seu melhor (trabalhando horas a mais, desenvolvendo projetos, pagando do seu bolso muito do material necessário)”.

Como perspetiva, António Castel Branco considerou que “devemos pugnar sempre por uma escola pública de qualidade, que evolua, no meu entender, em três premissas: Escola Pública com Autonomia; Escola Pública Inclusiva; Escola Pública como Comunidade Educativa Local.”

No encerramento dos trabalhos da conferência, o moderador, Luís Sérgio, lembrou um alerta de Nóvoa: “Uma coisa vos digo: se não formos capazes de pensar com ousadia os desafios atuais, a escola pode tornar-se uma instituição dispensável ou residual, apenas para acolher os mais desfavorecidos, porque os outros se educarão por outros meios.”

Sem dúvida que esta conferência se inseriu nessa perspetiva de “pensar com ousadia os desafios atuais”. ■

Escola Pública de qualidade: o alicerce mais perene da democracia

• António Nabarrete

Dirigente do SPGL

Estratégias educativas e financiamento da educação

. Na década de 60 do século XX, Portugal investia na Educação cerca de ¼ do que investiam a generalidade dos países europeus, tendo a Revolução do 25 de Abril de 1974 produzido a primeira alteração verdadeiramente positiva nesta área. António Teodoro, numa análise intitulada “*Mobilização educativa em tempos de crise revolucionária. Periferia e centro no processo de democratização das escolas (1974-1976)*” refere que “foi num contexto de aceleração do processo revolucionário que, durante a vigência do IV Governo provisório, o Conselho de Directores-Gerais do então designado Ministério da Educação e Investigação Científica (MEIC) elabora, debate e aprova, em reuniões sucessivas nos meses de Abril e Maio de 1975, um programa [...] que começa por defender, de forma voluntarista, que ‘as tarefas de ensino estão entre as tarefas prioritárias da revolução portuguesa’, devendo, por isso, ser assumidas ‘por todas as forças progressistas e patrióticas’, [apontando] como objectivo número um da política de educação a democratização do ensino. Democratizar a escola é, portanto: (a) abri-la a todas as camadas sociais e regionais,

privilegiando, para já, o acesso à Escola das classes trabalhadoras e das populações rurais; (b) pô-la ao serviço dos reais interesses do povo português na sua marcha para o socialismo e para a completa independência nacional; e, (c) fazer intervir decisivamente na elaboração da política escolar todas as entidades interessadas no processo revolucionário e não apenas a comunidade escolar ‘corporativa’ de professores e alunos (Programa aprovado pelo Conselho de Directores-Gerais do MEIC, em Abril/Maio de 1975, ponto 2).”

. [No ano de 2002] Portugal registou o valor mais elevado (nominal e real) de despesa por aluno (do pré-escolar ao superior) de toda a sua história: 6.080 euros [Education at a Glance, OCDE]. A média dos países da OCDE a 34 situou-se, porém, mais acima: 6.687 euros [Education at a Glance, OCDE]. Apesar de inferiores à média, estes dados relativamente positivos do início do século XXI acabaram por estar na base de um mito acerrimamente defendido pelos neoliberais: *Portugal investe muito na Educação, tanto como qualquer país rico da Europa*. O que sendo falso sob todos os pontos de vista lhes permitiu construir outro mito (ou a outra face do mesmo): *os resultados educativos não correspon-*

dem a esse elevado investimento. Em 2004 a despesa por aluno descia para 5.609 euros [Education at a Glance, OCDE]. A média dos países da OCDE subia para 7.061 euros [Education at a Glance, OCDE]. Portugal passava a ocupar o 23º lugar entre 34 países. Tinha sido fugaz o esforço de melhorar o investimento na educação procurando esbater o fosso histórico que nos separava (e hoje em dia nos separa cada vez mais) dos nossos parceiros europeus. E não só. Este nível de despesa por aluno representava cerca de metade do esforço dos EUA, país que normalmente é encarado com desconfiança, nesta e noutras matérias, por vezes com boas razões para isso.

. Este segundo mito teve consequências desastrosas em termos da valorização dos professores e educadores (e de outros profissionais importantíssimos no espaço escolar). Os dados do Gabinete de Gestão Financeira do Ministério da Educação ilustram de forma inequívoca esta realidade: em 2002 a percentagem das despesas com pessoal no Orçamento da Educação elevavam-se a 82,5%; em 2009 ficaram-se pelos 71,6% (apesar de ter correspondido ao único ano deste ciclo de 7 em que houve aumento real de salários). Em 2012 caiu para 66,4%. Quase 16% menos que em 2002.

Mas, com a quebra brutal do Orçamento da Educação para esse ano, tal significou menos 19,1%, em termos de valores nominais relativamente a 2011. Para 2015 está previsto que as despesas com pessoal venham a ficar em 67,2% do orçamento para a educação contra 63% em 2014. Tal aumento deve-se, praticamente na totalidade, à intervenção do Tribunal Constitucional em matéria salarial.

As medidas postas em prática à sombra destes mitos têm contribuído de forma decisiva para fragilizar o Ensino Público e abrir o caminho para a sua privatização através da transferência de fundos públicos para as mãos de interesses privados.

O recuo da Escola Pública como instrumento de mobilidade social ascendente e garantia da igualdade de oportunidades

. Desemprego e emigração em massa, de forma continuada ao longo de anos, com incidência nos escalões etários mais jovens, são duas espadas apontadas ao coração da utopia da escola como instrumento de mobilidade social. Se a esta realidade juntarmos os 14.710 professores e educadores que a Escola Pública, do Pré-Escolar ao Secundário, registou a menos no ano lectivo 2011/2012 por comparação com o ano de 2000/2001 (9,5% de quebra) e levando ainda em linha de conta que, no mesmo período, o número de alunos se cifrou em menos 93.513 (6% de quebra), fácil é concluir que a crise da Escola Pública está mais directamente ligada às opções de natureza política que têm vindo a ser tomadas ao longo dos anos, do que às circunstâncias da crise. Não escondo que os últimos quatro anos aceleraram todos os indi-

cadores negativos e que o aumento da taxa bruta de escolarização compensou em mais de dois terços a perda de alunos provocada pela baixa da taxa de natalidade. Aliás, no período considerado, o Ensino Privado ganhou 62.632 alunos, como facilmente se pode constatar através da consulta do relatório da Direcção-Geral de Estatísticas de Educação e Ciência de 2013, intitulado Educação em Números 2013.

. A educação era considerada pelos liberais do século XIX como um direito fundamental do homem e do cidadão. A regressão da esfera pública imposta pelos neoliberais empurra a escola para o âmbito do mercado e das técnicas de gestão empresarial, o que a esvazia do seu conteúdo político da cidadania, substituindo-o pelos direitos do consumidor ao mesmo tempo que esmaga a igualdade de oportunidades que, como salienta Diane Ravitch, [historiadora da educação com larga experiência política em pelo menos três administrações americanas, num livro publicado em *paperback* em 2011 e intitulado “*The Death and Life of the Great American School System*”], só pode ser garantida “*através de um currículo forte, coerente e explícito, assente nas artes e nas ciências, que dê plena oportunidade aos alunos para se integrarem em actividades e projectos que as tornem vivas. É fundamental que os alunos adquiram o conhecimento que precisam para compreender os debates políticos, o fenómeno científico e o mundo em que vivem. É fulcral garantir que eles são preparados para assumir as responsabilidades de cidadania democrática numa sociedade complexa. [Para isso] precisamos que os nossos professores tenham uma formação abrangente e não apenas treino para as questões sujeitas ao crivo dos testes e que as escolas possam manter tan-*

to os padrões de aprendizagem quanto os padrões de comportamento.”

Reforçar a Escola Pública é reforçar a Democracia

Esta Conferência foi organizada pelo Centro de Formação da Associação de Escolas de Sintra. A formação contínua de professores, gratuita, fundamentada e relevante para a prática docente, é um imperativo profissional e um direito basilar dos professores e educadores. E um dos pilares da Escola Pública de qualidade. Sampaio da Nôvoa escrevia em 1992 que “*toda a formação encerra um projecto de acção. E de transformação. E não há projecto sem opções. As minhas passam pela valorização das pessoas e dos grupos que têm lutado pela inovação no interior das escolas e do sistema educativo. As de outros passarão pela tentativa de impor novos dispositivos de controlo e de enquadramento. Os desafios da formação de professores (e da profissão docente) jogam-se neste confronto.*”

Quando se pergunta o “Que Fazer com esta Escola?” a resposta não podia ser mais clara: transformá-la!

Transformá-la numa Escola verdadeiramente inclusiva, com um currículo forte e diversificado.

Transformá-la numa Escola cooperativa e democrática, na qual o trabalho de equipa dignifique o labor individual.

Transformá-la numa Escola servida por profissionais respeitados, com um estatuto remuneratório digno e com condições de trabalho adequadas.

Utopia? Estamos todos fartos de inevitabilidades que nos conduzem à miséria e à mediocridade.

[Extratos da intervenção na conferência “Que fazer com esta escola? A escola Pública da Crise ou a crise da escola Pública?”] ■



Vem aí o empreendedorismo

Joaquim Jorge Veiguiña

Para o psicólogo suíço Jean Piaget (1896-1980), o estádio das operações intelectuais concretas em que a criança desenvolve as suas capacidades de interação e cooperação com os outros surge entre os 7 e os 12 anos. Neste estádio os jogos deixam de ser simbólicos, como sucedia no estádio precedente, o estádio da inteligência sensoriomotora, para passarem a ser regidos por regras comuns estabelecidas na base de acordos ou “negociação” entre todos. No entanto, a criança não é capaz ainda de autonomia moral nem de deduzir conclusões a partir de hipóteses abstratas, como sucede no estádio posterior, o estádio das operações lógico abstratas.

Uma organização privada, a Junior Achievement Portugal (JAP), financiada por grandes grupos económicos portugueses, promoveu o ano passado em escolas da rede pública ações que envolveram quase 200.000 alunos de todos os ciclos do ensino básico e secundário com o objetivo de promover o empreendedorismo. Apesar das ações serem financiadas pelos promotores, a ausência de custos para as escolas apenas reflete um programa ideológico de condicionamento que transforma sobretudo os alunos mais jovens do 1º ciclo e do 2º ciclos de escolaridade em cobaias de uma experiência que não visa a sua formação para a cooperação, mas para a competição e o ganho, pondo definitivamente em causa a conquista da sua autonomia que começa a despontar precisamente quando se desenvolvem as suas competências interativas. Trata-se de

um programa totalitário, lecionado até agora por ‘voluntários’ provenientes do mundo empresarial, mas para o qual já começam a existir ações de formação gratuitas para professores do sistema público de ensino. Para a JAP, o empreendedorismo é “a chave de todas as economias”, “é uma questão de cultura e coragem, uma atitude de vida, e pode ser aprendido” (*Público*, 9.05.15). Sob o pretexto de que tudo pode ser ensinado e aprendido, independentemente do nível etário e da maturidade dos alunos, pretende-se impor uma visão empresarial do mundo, visão reducionista que restringe consideravelmente os horizontes intelectuais dos alunos.

O mundo é concebido como uma grande empresa, a cidadania desaparece, existindo apenas produtores, consumidores e investidores. Assim, logo no 1º ano de escolaridade, é abordado o tema “A família” em que as crianças ‘aprendem’ que estão na dependência de diversas empresas para a satisfação das suas necessidades. No 2º ciclo, surge um tema aparentemente mais abrangente, “A comunidade”, mas apesar deste título pomposo, a única ‘comunidade’ reconhecida é a comunidade de negócios, ou seja, o conjunto de atividades que transacionam bens e serviços no mercado mais com o objetivo de realizar um lucro do que assegurar o bem-estar de cidadãos que já nem sequer existem. No 3º ciclo recolhem-se os primeiros frutos do condicionamento ideológico, já que os alunos ‘aprenderão’ as primeiras competências empreendedoras que têm como horizonte as suas aspirações a uma carreira. Transformados em pseudossu-

jeitos autónomos, já estarão ‘maduros’, no secundário, para serem membros de uma empresa virtual que vende bens e serviços, opera no mercado de capitais através da venda de ações e títulos de participação e distribui dividendos.

A escola pública não pode ser o laboratório de experiências condicionadoras da autonomia dos alunos na base de um programa ideológico que visa apenas orientar e restringir a sua visão a um mundo em que existem apenas negócios. A JAP é apenas o clone português de uma organização internacional, a Junior Achievement, associação criada nos Estados Unidos em 1919, e que promove este tipo de ações em 122 países. Mas o mais grave é que estas ações põem em causa o princípio de que a escola pública não pode estar ao serviço de projetos ideológicos que por detrás de argumentos pseudopedagógicos mais não visam do que impor uma conceção unilateral do mundo que põe em causa o direito à diferença e a formação multilateral do aluno. Mais cedo ou mais tarde, os professores serão chamados a participar neste logro ideológico, como o comprovam as ações de formação gratuitas nesta área quando o Governo tem cortado financiamentos para muitas outras eventualmente mais enriquecedoras. Estes deverão preparar-se para resistir a todas as pressões que visem transformá-los em agentes divulgadores de um programa sobre o qual não têm nenhum controlo e que é contrário ao princípio da neutralidade axiológica da escola pública. ■

Agrupamento de Escolas das Olaias

Pergunto-me se o PIEF é verdadeiramente uma solução

Resposta? Estigma?
“Solução final”?

O que representam verdadeiramente os cursos PIEF? Como sublinha Paulo Franco, professor de Viver em Português, nos cursos PIEF do Agrupamento de Escolas das Olaias, não há respostas certas para estas perguntas. Nem caminhos fáceis. “Às vezes é a ver um filme ou a ler um romance que me surgem ideias – e se experimentasse isto?”



Foto: Agrupamento de Escolas das Olaias

Ligia Calapez
Jornalista

“Estes miúdos que chegam a estes cursos PIEF (Programa Integrado de Educação e Formação), chegam em resultado de uma série de falhanços. Falhanços deles, falhanços da escola. E alguns que até parece, como nós costumamos dizer, que têm boa cabeça, mas todos os anos chumbavam por faltas”. O quadro social e o percurso de vida dos alunos do PIEF estão longe de ser fáceis. Alguns vêm de instituições, como a Obra do Ardina, e não moram com a família. Outros residem com um dos pais e estão em avaliação do Tribunal. Outros ainda vivem situações

familiares muito complicadas. “São situações dramáticas. Mas é aquilo que eu lhes digo – vamos esquecer isto um bocadinho, agora vamos centrar em trabalhar. Se eles estiverem a trabalhar, a fazer qualquer coisa, a tentar aprender isto ou aquilo, mesmo que não estejam a dar conta do que aprendem, estão a colaborar, a interagir uns com os outros”. Paulo Franco conhece todos e fala de cada um deles. Porque neste quadro comum é grande a heterogeneidade. E distingue os absentistas, os que nunca tiveram uma grande valorização da escola mas que se vão integrando com algum sucesso, ou os que têm mais problemas disciplinares mas frequentemente “são os melhores alunos – na compreensão da matéria, no fazer os trabalhos. Só que já criaram em rela-

ção à escola um desinteresse muito grande”.

“São alunos que não estavam a ter sucesso na escola – nos outros cursos vocacionais, no ensino regular. Que fizeram um percurso que os levou sempre a afastarem-se da escola”.

O sistema PIEF

E então, comenta Paulo Franco, “têm uma última solução” e chegam aos cursos PIEF. Com muitas dificuldades mas com algum êxito.

Um sistema fundamentalmente assente na prática. “Não se diz: hoje têm que aprender esta matéria. Não. É: vamos pesquisar isto. E depois vamos ver o que é que aprendemos com aquilo que estivemos a pesquisar. Portanto – o facto de ser mais prático mantém-nos mais empenhados. Às vezes a aprender

coisas sem se darem contar. E a fazer, a terem que apresentar trabalhos. Eles têm que fazer o trabalho todo”.

O sistema funciona por *competências*. Nomeadamente competências de cariz social – como *comportamento* – que estão mais ou menos sempre em aberto. “Tanto se pode recuperá-las como perdê-las”. Na fase final há um estágio. “Eles é que dizem o que é que querem fazer. Tentam falar com a pessoa que os possa receber e depois a escola estabelece um protocolo com essa empresa ou, por vezes, clubes”.

O trabalho desenvolvido em torno de temas – escolhidos com os alunos – dá lugar a experiências particularmente significativas.

Como foi o caso do tema *adolescência*, através da construção de textos dramáticos. “Noutro dia fomos para a rua. Fiz uma bola de papel – vamos jogar à bola – atiram a bola uns para os outros e alguns jogavam a sério, outros não. Agora para tudo, disse eu. Vamos jogar sem bola. E muitos deles reagiram – então onde está a bola, eu não vejo bola nenhuma... E eu: imagina a bola. Houve um deles que me disse: *oh, professor, temos mesmo que estar aqui a fazer figuras?* Depois sentamo-nos ali um bocadinho a falar. O que está sempre por trás é o medo. E isso é mesmo próprio da adolescência”.

Ou o esboçar de uma breve autobiografia. “Vamos começar por uma coisa simples que é – imaginar o dia do nosso nascimento. Pronto – isso foi bem. Faziam 3 linhas... Mas depois foi – o dia mais triste da minha vida. – *Oh professor eu nunca tive dia triste nenhum!*... (e uma pessoa sabendo o historial de cada um! – Separação em relação aos pais, abandono, instituições) *eu posso inventar assim um dia triste?* Podes inventar um dia triste. E todos entraram numa de inventar um dia triste ou então de dizer coisas banais”.

Neste quotidiano da escola, cabe também o aprendizado da resolução de problemas e conflitos. “Há conflitos todas as semanas, situações em que estão à beira da violência na sala de aula”, diz Paulo Franco. A resposta passa pelo diálogo. “Sentamo-nos e conversamos. Eu digo-lhes sempre – não me custa que isto tenha acontecido – aconteceu, não foi? – agora temos é que resolver.

Vamos falar. Falamos todos. E não me interessa nada que eles resolvam de determinada maneira para me parecer bem. Tem que se estar sempre naquele equilíbrio entre correr tudo muito bem e o virar-se tudo à pancada. Mas pronto – apesar de tudo já há um equilíbrio”.



Foto: Agrupamento de Escolas das Olaias

Resposta ou estigma?

“Pergunto-me se o PIEF é verdadeiramente solução ou se não é”, questiona-se Paulo Franco.

“O que é que eu sinto? Quando é que estes cursos correram mesmo bem, fizeram sentido? Quando um diretor de curso – alguém que já tinha trabalhado com Profissionais – escolheu o conselho de turma todo. E, nesse ano, eram 17 alunos – 15 completaram com elevado sucesso. E cumpriram. E fizeram estágios aí fora, em que as coisas correram muito bem. Houve elogios das empresas onde estiveram. Pelo trabalho que eles desenvolveram. Mas, sobretudo, pela ideia de responsabilidade que souberam assumir”.

A partir daí, a escola começou a ter mais cursos CEF, Vocacional e PIEF – o que, naturalmente, dificultou a construção de conselhos de turma. “É muito melhor quando temos um conselho de turma que se conhece bem logo à partida – sublinha Paulo Franco. Ora, ao longo deste ano, para além das dificuldades iniciais, já entraram mais dois professores. Que caem aqui de paraquedas e deitam as mãos à cabeça – o que é que eu faço... eles não me deixam dar aula... E isso não é bom para ninguém”.

Acresce a ausência ou atraso na colocação de um TIL (Técnico de Intervenção Local). Houve muitas escolas que, sem direito a haver TIL, se recusaram a abrir cursos PIEF – “ter sempre dois professores na sala de aula faz uma grande diferença”. Outro fator que tem vindo a dificultar o sucesso destes cur-

sos é o aumento do número de alunos (inicialmente eram 15) por turma.

Mas é em relação às perspetivas de futuro destes jovens que Paulo Franco tem as maiores dúvidas.

“De facto é uma resposta, como se costuma dizer. Eles estão aqui, foram desenvolvendo algumas competências. Mas depois de acabarem o PIEF, o que é que podem fazer? Podem inscrever-se num curso profissional do secundário. Mas estão no fim da linha. E normalmente – agora o ME diz que os pais podem escolher as escolas... é uma aberração, mas há pais que acreditam nisso – quem escolhe os alunos é a escola. A escola escolhe os alunos. Tirando casos como o da nossa”.

Para Paulo Franco, a hipótese de haver cursos verdadeiramente vocacionais, sem discriminações, poderia contribuir para uma solução. “Um aluno pode sair do circuito regular e fazer o vocacional de música, por exemplo. Mas é desvalorizado se for um vocacional de eletricidade. Não faz sentido. Não deve é ser desvalorizado. Desde que o aluno tenha vocação para aquilo – então direciona-se para essa vocação”.

“A ideia com que eu fico é – no próximo ano, aqueles que conseguirem acabar o curso, não sei o que vai ser deles. E isso é que me custa”, sublinha. E conclui – “Uma pessoa tem que ser sério e rigoroso com eles. E depois ter a capacidade de relativizar. Aliás, a maior parte das vezes, as ideias que tenho para fazer com eles – são coisas que eu vou lendo, livros que não têm nada a ver com isto. Ou um filme que vou ver.” ■

Um diálogo cruzado de ideias e preocupações

As potencialidades e problemas dos cursos PIEF e a difícil realidade social vivida pelos seus alunos foram temas centrais da conversa com um grupo de professores destes cursos – Luís Lisboa, Mónica Rocha, Eugénia Paim e João Lopes da Silva, e a presença interveniente de Paulo Franco. Um diálogo cruzado de ideias e preocupações (nalguns casos – e significativamente - partilhadas por alunos), em que estão patentes o empenho, o “sofrimento e depois o gozo” – um processo por que passam os professores, nas palavras de Paulo Franco -, as dúvidas, as expectativas, a gritante falta de apoios.



Foto: Agrupamento de Escolas das Olaias

Ligia Calapez
Jornalista

O sistema PIEF

“Este ensino é um fato feito à medida dos alunos”. Palavras de Luís Lisboa que de algum modo traduzem o essencial da prática dos docentes do PIEF no Agrupamento de Escolas das Olaias. Os professores reúnem-se semanalmente e - de quatro em quatro ou cinco em cinco semanas – definem um novo projeto, de acordo com os interesses dos alunos. “Todas as disciplinas giram à volta desse projeto”, diz Luís Lisboa. Trabalhando sempre as competências pessoais e sociais, tenta-se articular os temas definidos com os conteúdos programáticos. Muito em ligação com

a comunidade, promovendo o trabalho em parceria com as instituições, com os projetos de bairro.

Mas, para lá deste trabalho sistemático, há ainda a adaptação pontual, em função das necessidades sentidas. Se “temos um projeto definido, mas depois, por qualquer razão, se verifica a necessidade de introduzir algo que possa não dizer respeito àquele projeto, nós tentamos fazê-lo”, diz Mónica Rocha.

No fundo há uma adaptação constante dos conteúdos às necessidades. E por vezes há surpresas agradáveis.

Por exemplo, diz Mónica Rocha, “na aula de Viver em Português, com a professora Eugénia, preparámos um guião de leitura de um livro do Plano Nacional de Leitura do 6º ano e pensámos – isto não vai resultar. O guião tinha 23,

24 páginas. Eles tinham que trabalhar a dois, a pares, ler o livro e procurar respostas. E foi das atividades que correu maravilhosamente”. Outras atividades, como a construção de uma máquina fotográfica com material reciclado (em parceria com o projeto Escolhas do Bairro Azul) ou as ligadas à biblioteca escolar, têm tido grande sucesso.

Uma outra dimensão fundamental do trabalho com as turmas PIEF são as visitas, as atividades fora da escola, sublinha Luís Lisboa. “Estes jovens só conhecem normalmente o bairro onde vivem – e convém abrir horizontes. É muito gratificante quando saímos para alguma visita ou alguma atividade fora – ver os nossos alunos conhecerem novos locais e ficarem espantados com realidades que não conheciam”.

Trabalhar sem rede

Este é entretanto um trabalho em que escasseiam e se reduzem apoios básicos. Com a transferência de responsabilidades da Segurança Social para o Ministério da Educação, a atribuição de Técnicos de Intervenção Local (TIL) foi suspensa (houve escolas que, por essa razão, não abriram cursos PIEF) e só no fim do ano letivo a escola das Olaias pôde contar com esse apoio essencial.

Por outro lado, desde 2012/2013 que deixou de haver exclusividade para os professores a lecionar cursos PIEF. “O que ressalta agora é que os professores, tendo as outras turmas e as turmas PIEF, há um compreensível menor envolvimento. E sente-se muito essa diferença. Antes podia-se trabalhar melhor os conteúdos. A ligação com os alunos era muito mais próxima – e são alunos que precisam, acima de tudo, de muita afetividade”, comenta Luís Lisboa.

Acresce, como refere Eugénia Paim, que “não há continuidade pedagógica”. Professores essenciais no apoio aos alunos – como neste grupo é o caso da Mónica (uma professora do 1º ciclo,

fundamental no PIEF do 2º ciclo, para dar resposta a atrasos e grandes dificuldades dos alunos) – poderão ser os mesmos ou não no ano seguinte (não considerando a qualidade e êxito do seu trabalho). E “se vem depois uma pessoa não sei de onde?”, questiona Eugénia Paim.

Uma situação tanto mais gravosa quanto se lida com uma realidade que João Lopes da Silva considera como de emergência social. Há fome no bairro, diz, “e eu não via fome em Portugal desde os anos 60”. Fome e uma grande tensão. Acresce que estes alunos “podem ter tido a frequência do 1ª ciclo mas, como há muitos anos não praticam – a escrita, a leitura, o cálculo – em termos de literacia, são iletrados”.

Fala-se de tudo

A importância do diálogo é de algum modo inerente ao próprio funcionamento do PIEF. Trabalhando-se com um grupo reduzido de professores, há uma grande proximidade entre alunos e professores, “um relacionamento totalmente diferente”, como sublinha Luís Lisboa. Que potencia que os alunos

indiquem temas, coloquem preocupações. “E é a partir daí que se tem que variar constantemente o trabalho”.

Esta é a experiência quotidiana de João Lopes da Silva, nas aulas de Formação Vocacional, em que os alunos são preparados para ingressar no mundo do trabalho.

“Não há um programa e a disciplina é uma disciplina aberta a todos os domínios do conhecimento, a todos os conteúdos, à ação interdisciplinar, a propostas interdisciplinares”. Como tal, “é uma disciplina onde os alunos falam bastante. Ou não falam nada. Mas têm muita liberdade para dizerem aquilo que querem. Porque os temas geralmente são vindos da sua experiência”. Que questões preferencialmente colocam? “Consumo de drogas. Sexo. Roubo. Mentira. Tudo o que tem a ver com a sua vida. E eu aproveito para debater, em assembleia – de preferência com a presença de outros colegas – onde eles expõem, de alguma maneira, a vida no bairro. E nós percebemos o que significa viver num bairro daqueles. Pelos seus olhos e pela sua experiência pessoal”. ■

Nós precisávamos de mais ajuda



Fotos: Agrupamento de Escolas das Olaias

São jovens dos cursos PIEF. Querem trabalhar com crianças, ser cabeleiros, entre outras profissões e estágios possíveis. Nalguns casos até continuar a estudar. Mesmo quando nunca gostaram muito de estudar.

Em breve conversa com um pequeno grupo, vieram ao de cima algumas ideias sobre o que mais os interessa. E do que mais falta sentem.

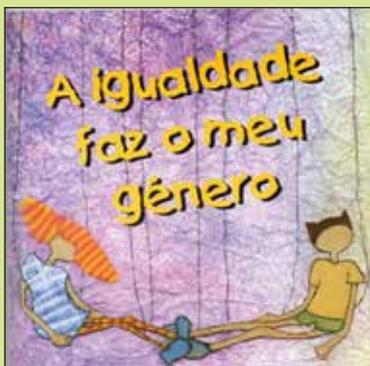
Bom mesmo, na sua opinião, “é ficar

a falar, sobre a adolescência por exemplo”. Ou “quando andamos a fazer colónias de férias. Ou fins de semana”. Ou ainda projetos como o da Academia Ubuntu – “porque eles mostram-nos que se a gente tem um sonho, devemos fazer o que queremos um dia. Para não optarmos pela má vida. Para termos um objetivo de vida”.

“Nós precisávamos de mais ajuda” – é o apelo que fica. “Precisamos de apoio.

Não temos. E depois chegamos à aula e fazemos porcaria”. Referências concretas: professores exclusivos do PIEF (porque os outros “não têm paciência para nos aturar. Não nos dão o mesmo apoio”); psicólogo – “para desabafar – nós gostamos de conversar sobre a nossa vida”; um espaço próprio; passeios, visitas (e não “só escola, só escola”). ■

A igualdade faz o meu género



O auditório da Escola Secundária Romeu Correia encheu-se, na tarde de dia 3 de junho, com alunos, famílias e professores, para participar no lançamento simbólico do livro “A igualdade faz o meu género”, culminando um projeto que se desenvolveu ao longo de 4 anos. E a que já se pensa

dar continuidade. Objetivo: contribuir para a desconstrução de estereótipos de género e promoção da igualdade. Numa perspetiva de não discriminação – pois “ninguém é igual a ninguém”.

Contando com a colaboração da UMAR, o projeto desenvolveu-se ao longo de um ciclo de 4 anos, numa interação entre turmas do 1º ciclo e turmas de Psicologia do ensino secundário.

O livro agora editado reflete, de forma necessariamente sintética, o trabalho desenvolvido ao longo deste período e engloba textos provenientes de um concurso promovido entre as turmas do ensino básico e uma história escrita e ilustrada por alunos e alunas do ensino secundário.

No texto introdutório, os coordenadores do projeto sublinham, quer a impor-

tância de projetos como este, quer o empenho dos professores, apesar dos obstáculos e dificuldades com que a escola pública se debate: “*Se hoje vivemos tempos em que a escola pública e a profissão docente passam por dificuldades nunca vistas no pós 25 de Abril, não é por isso que as professoras e os professores deixam, a cada dia, de assumir a dignidade de lhes ter cabido o exercício de uma profissão única. Nenhuma outra, como esta, forma pessoas, desenvolve o sentido cívico, inculca valores, marca indelevelmente gerações de jovens mostrando-lhes que o mundo comporta muitas possibilidades e que há razões para se viver com horizontes onde se afirmem a transformação e a esperança*”. ■



Fotos: Agrupamento de Escolas Gil Vicente

Quantas culturas a cultura tem?



Foram de festa os Dias da Multiculturalidade, no Agrupamento de Escolas Gil Vicente, que este ano assinala o seu 100º aniversário. Festa que decorreu entre 4 e 6 de junho, marcada pela diversidade e muita alegria, envolvendo os alunos das diferentes escolas.

Exposições, mostra de gastronomia, músicas e danças nos recreios. Tudo refletia a imensa variedade de origens nacionais dos alunos. E o respeito e promoção dessa diversidade.

No seu conjunto, as escolas englobam 25 nacionalidades. 18% dos alunos do agrupamento são estrangeiros. ■

Municipalização da Educação

Municipalizar, descentralizar, aproximar: necessidade de não confundir

Rolando F. Silva
Dirigente do SPGL

Depois de um processo negocial caracterizado pelo secretismo, levado a cabo durante o ano lectivo de 2013/2014 pelos ministros Nuno Crato e Poiães Maduro, que envolveu o aliciamento de alguns municípios para aderirem “experimentalmente” a um processo que foi denominado *municipalização da educação*, surgiu pela primeira vez em meados do primeiro período deste ano lectivo uma tentativa de enquadramento legislativo designada por programa *aproximar a educação*, que é uma versão aligeirada do anterior.

Em relação ao programa da *municipalização*, tudo começou com a elaboração de várias grelhas estabelecendo a alteração da actual distribuição de competências entre a administração central, a administração local e as escolas e agrupamentos de escolas até ao final do Ensino Secundário, que comportavam transferências maximalistas para as câmaras municipais. A serem levadas a efeito, transfeririam a colocação e avaliação dos docentes e restante pessoal educativo para cada uma das autarquias locais, responsabilizariam estas pela organização dos projectos educativos e de parte substantiva dos planos curriculares dos estabelecimentos de ensino e incluíam a transferência até de poderes em matéria do regime disciplinar dos alunos. Na prática, isto levaria à necessidade de se estabelecerem cerca de 300 e tal mini-ministérios da educação, um em cada dos municípios portugueses e/ou a contratação de serviços de empresas privadas especializadas nesta área para o efeito e sub-

vencionadas pelos municípios.

Em Portugal houve, historicamente, duas *experiências de municipalização*: uma de 10 anos, nos finais do séc. XIX, durante a monarquia constitucional e outra, de 5 anos, durante a I República. Os resultados apurados por estas experiências conduziram a uma situação ainda mais caótica na colocação de professores, problemas e atrasos com o pagamento dos salários aos professores (sobretudo nos municípios mais pequenos) e ninguém apontou ainda quaisquer benefícios resultantes destas experiências.

Em tempos mais recentes, a partir dos anos 80 do séc. XX, começaram a ser transferidas algumas competências da administração central para as autarquias na área da educação, num processo que ficou conhecido pela *descentralização administrativa ou descentralização de competências da administração central*, envolvendo os transportes escolares, a conservação dos edifícios das escolas do 1º Ciclo do Ensino Básico, a gestão de cantinas e de pessoal auxiliar, a organização de actividades de enriquecimento curricular, sem que ninguém tenha apelidado este processo de “municipalização”, mas sendo recorrentes as queixas das autarquias de que não houve transferência suficiente de verbas para suprir esta transferência de competências em toda a sua amplitude. Este processo tem continuado a ser implementado com a transferência de mais competências, acabando por passar para as autarquias toda a responsabilidade da construção e manutenção dos edifícios do Ensino Básico, a colocação de pessoal auxiliar neste mesmo percurso educativo, além das outras competências anteriormente referidas e passaram a ser constituídos Conselhos Municipais de Educação,

estruturas pesadas e burocráticas com pouca capacidade de decisão que passou mais a pertencer aos executivos camarários.

Tendo a administração central mudado entretanto de linguagem, deixando de chamar a esta nova experiência “municipalização” – prevista para começar a funcionar em 2015 em alguns municípios que voluntariamente a tenham aceiteado – mas passando a rebaptizá-la de programa *aproximar a educação*, prevendo a assinatura de um contrato interadministrativo entre o Ministro e o Presidente da Câmara, sem qualquer representação das escolas e dos seus órgãos, levou várias entidades a tomarem posições de repúdio em relação a este denominado programa. Tal aconteceu com as principais organizações representativas dos professores e dos directores de escola, a FENPROF e o Conselho de Escolas, mas também a Associação Nacional de Municípios e os partidos políticos com representação parlamentar fora da coligação governamental tomaram posições claras de repúdio em relação a esta política.

O processo negocial com os concelhos terminou em meados de Novembro de 2014, com uma adesão de cerca de uma dúzia de municípios-cobaias mas, desde então, caiu um espesso manto de silêncio sobre o processo, que só foi quebrado, agora, com a consulta aos docentes sobre a municipalização, levada a cabo pela FENPROF. Pelo meio destes dois eventos decorreu em 28 de Fevereiro deste ano, em Santarém, um Encontro Nacional de Autarcas do PS, presidido por António Costa, sob o lema, “Valorizar o território – Descentralizar e Aproximar” sem que, no entanto, tenham sido tornadas públicas quaisquer propostas relativas à área da educação. ■

Os Professores estão mesmo contra a Municipalização



Foto: Felizarda Barradas

ensino, um processo que desde o início provoca desconfiança dos professores está condenado ao fracasso. Os municípios que se deixaram enlear pelos discursos do MEC e que se preparam para assinar estes acordos “municipalizantes” ganhariam em ouvir os seus professores e educadores e não caírem no presente envenenado que lhes é oferecido.

Votação na área do SPGL:

Na área do SPGL funcionaram 190 mesas de voto:

75 na direção regional de Lisboa, onde votaram 3981 votos, dos quais 3837 votaram “não” à municipalização.

60 na direção regional de Setúbal, com o total de 3702 votantes, dos quais 3578 votaram “não”.

29 na direção regional de Santarém, com o total de 1780 votantes, dos quais 1741 votaram “não”.

28 na direção regional do Oeste, com o total de 1776 votantes, dos quais 1740 votaram “não”.

A votação em cada uma das mesas pode ser consultada em www.spgl.pt ■

Nos dias 2, 3, e 4 de junho (na maioria das escolas a votação decorreu num só destes dias, em outras em mais), a FENPROF desencadeou uma votação em urna, a nível nacional, com exceção de Açores e Madeira, entre os professores. A pergunta era simples e objetiva: concorda com a municipalização da Educação? (E esclarecia: “processo que o governo está a iniciar em alguns municípios”) Participaram nesta votação 53.696 docentes, o que corresponde a um pouco mais de 50% dos docentes em exercício, o que torna os resultados muito significativos e clarificadores. Deste grande número de votantes, 52.533 (isto é, mais de 97%)

votou “não”. Ou seja: mesmo que se possam contestar alguns aspetos da consulta realizada, não restam dúvidas quanto à opinião esmagadoramente maioritária de professores e educadores: não acreditam e temem os efeitos perversos da municipalização e consideram errado o processo desencadeado pelo MEC junto de pouco mais de uma dezena de municípios. É importante que o poder político central e local não minimizem o significado destes resultados. Os docentes não têm confiança num processo que, a pretexto de políticas de proximidade, retira às escolas poderes e competências de índole pedagógica e organizativa, transferindo-os para as câmaras municipais. E, no que respeita ao

A propósito do Programa Aproximar Educação

Aproximar a Educação ou o controlo?

(Transcrição de parte de um artigo de Licínio C. Lima, publicado em “a página da Educação Verão 2015”, pág. 6)

(...) Falsa municipalização. Em suma, do que se trata é do poder central em processo de reorganização e de extensão até às periferias, usando para esse efeito, paradoxalmente, as entidades mais autónomas da Administração Pública e contratualizando com elas. De certa forma, pode mesmo vir a recentralizar o poder de decisão sobre as escolas, através de processos de desconcentração e delegação, devolvendo encargos e responsabilidades cada vez mais difíceis de gerir pelo centro. Embora sejam entidades autónomas, os municípios podem vir a ser submetidos ao estatuto de entidades pericentrais para o exercício de certas funções, representando mais o governo central do que as populações e os interesses locais, assim se configurando

um processo de cooptação. Se tal vier a ocorrer, a autonomia e o governo democrático das escolas passarão a ser de mais difícil concretização, sendo plausível a emergência de conflitos de competências, a ingerência em matérias educativas e pedagógicas, a introdução de novas desigualdades entre distintos territórios, a terciarização ou a privatização de certas funções. E nos casos em que o poder municipal decidir concentrar certas competências, que lhe foram delegadas, através de processos não participados e decisão sobre as escolas, então emergirá um novo escalão político-administrativo que, estando mais próximo, será muito mais eficaz em termos de asfixia das escolas e de controlo sobre os atores edu-

cativo. Por estas e outras razões, é indispensável saber o que ganham a Educação, as escolas e os atores educativos com um processo de falsa municipalização, à margem de uma descentralização democrática que nem ocorre para os municípios nem beneficia as escolas. Quantos anos mais e quantos governos haverão de passar até que se compreenda que não existe verdadeira alternativa à descentralização da Educação, ao governo democrático e à autonomia das escolas, que, de resto, há de necessariamente incluir formas de participação substantiva do poder local? Fora de tal quadro de referência, há boas razões para pensar que o Programa Aproximar Educação se virá a destacar pelas práticas de aproximar o controlo. ■

Sr. ministro: Professores dispensam os seus elogios, exigem respeito pelo seu estatuto profissional

Anabela Delgado
Dirigente do SPGL

O conteúdo da entrevista do ministro da Educação Nuno Crato ao Diário Económico, em 8 de junho, é fundamental para todos ficarmos esclarecidos sobre o pensamento do ministro e da sua equipa e também, certamente, da coligação PSD/CDS que sustenta o governo, sobre aspetos centrais para a vida das escolas e dos professores. A leitura desta entrevista é também elucidativa sobre a profunda ignorância que o ministro Crato tem das escolas e respetivo funcionamento, pelo menos das escolas do chamado ensino não superior. Isto é, sobre as razões por que o funcionamento das escolas atingiu, em muitos aspetos, uma situação insustentável.

Ao longo da entrevista o ministro tece um conjunto de afirmações sobre a autonomia das escolas e até que ponto está disposto a ir em termos do seu aprofundamento. Nada de muito novo, dá mesmo alguns exemplos caricatos sobre medidas que terá tomado durante o seu mandato no sentido de dar mais autonomia às escolas: a possibilidade das escolas definirem o tempo para o almoço nos horários; o tempo de duração dos tempos letivos, desde que se cumpra o mínimo. A definição de critérios de contratação de professores para certas necessidades, a conhecida bolsa de contratação dos professores, é escolhida como exemplo da atribuição de “grande autonomia” dada às escolas.

Ainda sobre a autonomia das escolas no que se refere à escolha de professores, afirma: “As escolas deviam ter maior papel ainda na gestão dos seus professores, na escolha dos professores que vão para as suas aulas.” É, aliás, esse o título escolhido pelo editor para a entrevista a Crato. Todos, professores e alguns diretores que não esqueceram que também são professores, vamos percebendo o que isto significa... Surgem entretanto outras afirmações vagas

com que todos concordam mas que não se traduzem em nada de concreto: “As escolas deviam ter um maior papel ainda na gestão orçamental. Deviam ter certos limites e, depois, maior liberdade de gestão.”

A propósito da descentralização de competências para as autarquias, a conhecida municipalização, o ministro consegue afirmar que é um processo em “que nada é retirado das escolas, mas em que há coisas que são retiradas do Ministério da Educação”.

Crato continua com os exemplos de grande descentralização e autonomia consagradas durante o seu mandato; a propósito da fixação do número de alunos por turma pelas autarquias, apressa-se a esclarecer: “O número de alunos por turma tem máximos e mínimos definidos. Havendo recursos é possível fazer desdobramento de turmas e gerir outras ofertas, outros aspetos da escola, como o “currículo”. O princípio é: liberdade na gestão, liberdade nos métodos, avaliação de resultados. Queremos avaliar os resultados e dar às escolas liberdade para utilizarem os melhores métodos para obterem resultados para os seus alunos.” De seguida, pede licença para mostrar como exemplo dos resultados desta sua política, o título de um jornal, “Escolas: professores oferecem aulas antes dos exames” (manchete do DN de 2 de junho). O subtítulo era: “alunos do 9º, 11º e 12º vão ter aulas extra para se prepararem para os exames”.

O ridículo não fica pelo título e subtítulo do jornal de que Crato se serve. Não satisfeito, continua: “Escolas públicas estão a planear esses apoios com recurso a crédito de horas ou à boa vontade dos professores. Isto mostra um país diferente... Queremos que os alunos tenham sucesso.” E continua “...E há liberdade nas escolas, que antigamente não existia, para ter as horas extra. Para utilizar essas horas que fazem parte das horas letivas dos professores para dar um apoio especial. Como há a boa vontade dos professores.”...”Os professores em Portugal, na sua esmagadora maioria, estão interessados no sucesso dos seus alunos. E

todos os diretores estão interessados em gerir os recursos para o sucesso dos seus alunos.” Enfim, custa a acreditar, mas todas estas afirmações constam mesmo da entrevista do ministro da Educação, na reta final do respetivo mandato!

País diferente? Boa vontade dos professores? Liberdade nas escolas que antigamente não existia? Em que país viveu e vive este ministro? Desde quando não houve liberdade dos professores para, conscientes dos seus direitos e deveres profissionais (não boa vontade) darem apoio aos seus alunos em situação de exame ou em outra qualquer em que eles necessitam?! Perguntem aos alunos...

Os professores não fogem às suas responsabilidades mas exigem respeito pelo seu estatuto profissional. Exigem respeito pelo seu horário de trabalho. Exigem respeito pelo conteúdo funcional da sua profissão que está bem delimitado no ECD. Exigem que nas escolas onde exercem a sua função haja outros profissionais que acompanhem os alunos fora do período das aulas, enquanto estes permanecem na escola; que apoiem os alunos quando são detetadas dificuldades do âmbito social e/ou psicológico; os professores não sabem e não estão capacitados para acorrer a tudo.

O cansaço generalizado dos docentes é essencialmente devido ao facto de se lhes atribuírem sistematicamente um conjunto de responsabilidades e tarefas que não são da sua competência. De tudo isto o ministro Crato não falou.

Desde o mandato de Maria Lurdes Rodrigues que os horários dos docentes são sucessivamente desregulamentados. Confundem-se tempos letivos com tempos não letivos; o mesmo tipo de atividade é atribuída na componente letiva nos horários de alguns docentes enquanto nos horários de outros, na mesma escola, é atribuída na componente não letiva e, tudo isso tem sido admitido e incentivado através dos sucessivos despachos chamados de organização do ano letivo - o do próximo ano mantém a mesma lógica.■

Os Concursos

A pesar dos números anunciados em jeito de propaganda pelo MEC, a que há a acrescentar a frase do ministro Crato na entrevista ao Diário Económico de 8 de junho: “Estamos a dar estabilidade a mais quatro mil famílias”, referindo-se ao número de docentes que ingressaram nos quadros no conjunto dos concursos de vinculação extraordinária e no concurso intercalar para 2015/16, a verdade é que a realização de concursos de professores leva sempre à agitação e ao descontentamento de um grande número de docentes. Este ano não foi diferente.

Os números falam por si:

- Concurso externo: 33 506 candidatos, 95,6% dos quais não obtiveram qualquer colocação; 19 699 candidatos da 2.^a prioridade são mais graduados que o último candidato do seu grupo que vinculou ao abrigo da designada "norma travão";

- Concurso externo: 5185 candidaturas excluídas por não apresentarem o requisito PACC.

- Concurso interno: 32 914 candidatos. Destes, 2/3 não obtiveram colocação.

Em relação a estas colocações, a FENPROF considera que há dois aspetos ilegais e mesmo de constitucionalidade duvidosa:

- A ultrapassagem de docentes por força da aplicação da norma travão. Entende a FENPROF, e voltou a propor isso ao MEC em janeiro, antes da realização do concurso, que depois de esta norma ser aplicada deveriam vincular todos os docentes que, tendo sido remetidos para a 2.^a prioridade, tivessem graduação profissional superior ao último do seu grupo de recrutamento que entrou em quadro. É essa a proposta que mantém, apelando aos grupos parlamentares e ao Provedor de Justiça que, no âmbito das respetivas competências, diligenciem nesse sentido.

- A exclusão de candidatos por não apresentarem o requisito PACC. A posição do Sr. Provedor de Justiça, divulgada no ano passado, explica bem as razões desta ilegalidade.

Por outro lado, há um conjunto de ano-

malias nas listas de colocação publicadas recentemente que deram lugar a inúmeros recursos, de que se destaca um elevado número de docentes candidatos ao grupo 120 (inglês do 1.^o CEB) excluídos, na maioria dos casos por questões meramente burocráticas do processo de certificação e um número significativo de candidatos dos grupos de Educação Especial das regiões autónomas desparecidos das listas e, também nestes grupos de docência, ultrapassagens entre candidatos absolutamente incompreensíveis. Esperemos que a resposta aos recursos seja dada em tempo útil para que os docentes atingidos vejam a sua situação resolvida no início do ano escolar.

Incompreensível é também a repetição de inúmeras situações de docentes dos quadros colocados no concurso interno em escolas em que as direções afirmam que não terão horário e, que, por isso mesmo, terão proposto à Administração o encerramento de vagas.

Estamos ainda muito longe de ter colocados todos os professores que vão ser necessários às escolas. Na verdade, neste momento, faltarão ainda afetar perto de 30 mil docentes nas escolas (tendo como referência a situação de 2014, início do ano que agora termina), 25% dos que serão necessários para o ano se iniciar adequadamente.

Por outro lado, por força do concurso intercalar realizado este ano, muitos professores serão obrigados a candidatar-se ainda à mobilidade interna. Serão todos os docentes dos QZP, os docentes dos QE que forem informados pelas direções que não têm horários e ainda os docentes dos QE que continuam afastados das suas residências e pretendem aproximar-se. Também esta fase não se afigura pacífica. Uma vez mais teremos docentes a protestar por serem ultrapassados por colegas menos graduados e, sê-lo-ão certamente. As sistemáticas alterações à legislação dos concursos sem acautelar a resolução de problemas criados anteriormente “mina” sistematicamente o processo. ■

O Governo não respeita os trabalhadores da Casa Pia

O Governo não respeita os trabalhadores!

António Quitério
Dirigente do SPGL

A Casa Pia de Lisboa (CPL) não respeita o compromisso assumido desde 2009!

Desde essa data, último concurso de quadro na CPL, que a abertura de concursos para preenchimento de lugares permanentes não acontece. Todos os anos e em todos os processos negociais o assunto é abordado e a promessa adiada.

É recorrente o expediente: Contratações anuais, transitórias, para suprir necessidades permanentes.

As Recomendações da Assembleia da República e as Diretivas Europeias estão por cumprir.

Há docentes com mais de catorze contratos anuais, completos e sucessivos que mais uma vez vão ser opositores para garantir o seu posto de trabalho.

Enquanto o MEC já concretizou dois concursos extraordinários de vinculação, a Casa Pia de Lisboa, dependente do Ministério Solidariedade, do Emprego e da Segurança Social, perpetua a irregularidade e a precariedade laboral dos seus docentes.

Precariedade é o ferro deste Governo! A intencional desatenção e o trato desigual e irregular a que se veem votados os profissionais de educação e ensino da instituição, passa por, entre outras, não saberem quando vai ser autorizada a contratação anual, os prazos em que a mesma ocorrerá ou a perda de tempo de serviço.

É contra este vício de (não) resposta que o SPGL mais uma vez se pronuncia.

É público que o SPGL considera inqualificável o número de docentes com contratos anuais e sucessivos na CPL.

É pública a exigência do SPGL pela abertura dos processos concursais e pelo cumprimento do acordado com a CPL.

É público que o SPGL está sempre na defesa de melhores condições de trabalho, pela estabilidade profissional, pelo trabalho com direitos e por serviços públicos de qualidade. ■

O CCT para o Ensino Particular e Cooperativo mantém-se em vigor



A AEEP e a FNE têm vindo a invocar, junto da comunicação social e dos docentes, a caducidade da Convenção Coletiva assinada pela FENPROF em agosto de 2011, e publicada em BTE. É de realçar que o CCT assinado pela FENPROF aplica-se a todos os docentes do EPC associados da FENPROF, bem como aos que (por vezes, em confronto com a entidade patronal que pretendia impor o CCT da FNE) optaram por este contrato.

Recorda-se que o contrato assinado pela FNE – organização que parece querer justificar as cedências ali realizadas com ataques dirigidos à FENPROF – impôs o aumento do horário de trabalho dos docentes, a desvalorização das suas carreiras e um novo bloqueamento das progressões, para referir apenas alguns dos problemas criados.

Será que a FENPROF tem mentido aos docentes quando afirma que o CCT está em vigor?

Não. A FENPROF não mentiu. O CCT continua em vigor por força do único enquadramento jurídico admissível que, a não existir, então sim, determinaria a cessação imediata do Contrato Coletivo de Trabalho: a norma que garante o cumprimento dos direitos e deveres nas relações laborais neste setor de atividade.

Assim, no entendimento da FENPROF, sustentado numa apreciação jurídica profunda e diversa, a caducidade do CCT não deverá ocorrer tão proximamente, considerando-se que, pelo menos, até ao ano de 2017 este vigorará.

Para além do mais, existe em todo este processo uma entidade pública (MSESS) que terá, necessariamente, que se pronunciar sobre a tentativa da AEEP de destruir um CCT/EPC que, desde o 25 de Abril, a FENPROF e os responsáveis (outros) da AEEP, mesmo em tempos difíceis, se orgulhavam de conseguir chegar a acordo.

É, pois, neste contexto que se reafir-

ma que o CCT está em vigor, aguardando-se a comunicação do MSESS. Se, porventura, a referida comunicação for proferida num quadro de manifesto atropelo à Lei, a FENPROF irá agir e lutar até às últimas consequências para fazer vingar a lei e, dessa forma, o Estado de Direito Democrático.

É por isso que os docentes nos locais de trabalho, junto das direções, devem reafirmar que o CCT, para o Ensino Particular e Cooperativo, publicado no B.T.E., n.º 30, de agosto de 2011, está em vigor. E, por isso mesmo, as suas condições de trabalho não podem ser alteradas, nomeadamente os horários de trabalho (duração e organização do horário letivo e não letivo) para o próximo ano letivo.

A FENPROF continuará intransigentemente a defender os direitos e os legítimos interesses dos docentes do EPC. É nessa causa que a FENPROF se empenha, como os docentes reconhecem. ■



Pré-escolar reuniu com a DGE

Na sequência do pedido da FENPROF, realizou-se, no passado dia 7 de maio, na Direção Geral de Educação, uma reunião para abordar questões relativas à avaliação em contexto de Educação Pré-escolar.

Neste encontro, questionou-se a DGE sobre a informação prestada pelo Secretário de Estado no encontro relativo ao Estudo de Avaliação das Orientações Curriculares e da Qualidade na Educação Pré-escolar, realizado em fevereiro, de que estaria a ser elaborado um documento sobre avaliação na Educação Pré-Escolar e que o mesmo seria concretizado em junho, deste ano. Relativamente a esta matéria, foi colocada, entre outras, a preocupação da necessidade de existirem, na educação pré-escolar, períodos concretos para a avaliação, coincidentes com os do 1.º CEB, o que implica a alteração da situação relativa ao calendário escolar para a Educação Pré-escolar. Dando como exemplo de que é possível outra solução referiu-se a situação na Região Autónoma dos Açores, onde se constata que o facto de o calendário escolar para a EPE e o 1.º CEB ser o mesmo, contribui para o desenvolvimento de um melhor trabalho e uma maior e melhor articulação entre os dois setores de educação, nomeadamente por altura dos momentos de avaliação.

Defendeu-se igualmente que a implementação de quaisquer orientações so-

bre avaliação na Educação Pré-escolar deverá ser antecedida de um período experimental, de modo a testar procedimentos e instrumentos e aferir da sua exequibilidade, e que, durante esse período, deverá haver espaço para um amplo debate onde todos os intervenientes possam participar.

Como resposta, foi assumido pela DGE que as Orientações Curriculares para a Educação Pré-escolar (OCEPE) são a base para a avaliação e que, assim sendo, não poderão existir sumários que compartimentem os tempos letivos nem grelhas que sirvam de ficha de avaliação quantitativa. De igual forma, foi prestada a informação de que as “novas” OCEPE mantêm a base do documento atual, tendo sido apenas reestruturadas as áreas que o MEC considerou serem mais deficitárias, como as ciências e as TIC, o que vai ao encontro da opinião manifestada pelas/os educadoras/es de infância. Adiantou ainda a DGE que, na sequência da publicação das novas OCEPE, promoverá ações de formação para os educadores de infância sobre a aplicação das mesmas e procederá à publicação de documentos de apoio à sua implementação.

A DGE afirmou ter conhecimento de situações que ocorrem em agrupamentos que não respeitam o previsto nas OCEPE nem na Circular n.º 4/DGIDC/DSDC/2011 e, nesse sentido, informou que na reunião que irá realizar com as direções dos agrupamentos de esco-

la, em outubro, se propõe agendar um painel sobre questões da educação pré-escolar, nomeadamente planificação, avaliação, sumários, OCEPE, entre outras.

Por outro lado reconheceu a existência de maus entendimentos relativamente aos preposítos das “metas de aprendizagem” afirmando que as mesmas serviram apenas de referencial e que não foi intenção de nenhum governo transformá-las em lei, salientando que as OCEPE constituem a legislação que deve orientar os educadores e que, em junho, será divulgado o novo documento, o qual estará em discussão pública durante o período de um mês, remetendo-se para esse momento a possibilidade de a FENPROF se pronunciar sobre o assunto.

Ainda no âmbito da reunião, expôs-se a posição da FENPROF relativamente à obrigatoriedade de frequência da Educação Pré-escolar, a qual se defende que seja instituída no ano imediatamente anterior ao ingresso no 1.º CEB, tendo sido admitido, pelo representante da DGE, que, perante determinadas circunstâncias (nomeadamente meios desfavorecidos), a obrigatoriedade poderá ser uma solução para garantir o acesso a este setor de educação. No entanto, não é uma temática que, neste momento, seja consensual ou de discussão prioritária na DGE. ■



Foto: morgueFiles

É preciso pôr termo à instabilidade profissional no Ensino Superior

Provavelmente a maioria dos portugueses ignora que os professores do ensino superior estão entre os grupos profissionais com maior precariedade laboral. Esta situação regista-se quer no ensino superior público, quer no ensino superior privado (setor em que não existe sequer qualquer contrato coletivo de trabalho). E atinge tanto o universitário como o politécnico.

A situação de precariedade vivida no ensino público esteve na base de uma petição à Assembleia da República, entretanto já entregue, na qual se reclamam medidas que garantam o direito à estabilidade de emprego destes docentes. No texto denuncia-se o facto de o MEC não ter “assegurado a um grande número de docentes o direito à isenção de propinas” nem “o direito à dispensa de funções letivas” condições consideradas necessárias para a aquisição do grau de doutorado, condição indispensável para a entrada na carreira no ensino superior (no ensino superior politécnico esta exigência pode ser substituída pelo título de especialista que “dado o grau de exigência de experiência profissional prévia, apenas se

encontra acessível a um reduzido número de docentes”). Acontece porém que nem mesmo a obtenção do doutoramento está a significar o ingresso na carreira. Refere o texto da petição que “menos de seis anos após a revisão das carreiras, há centenas de docentes, contratados antes da sua entrada em vigor, que não têm assegurado o direito de ingressarem na carreira, mas que já são doutorados ou têm o título de especialista, e que contam já um tempo de serviço (cinco, dez ou mais anos) em tempo integral ou dedicação exclusiva, superior ao exigido a colegas seus quando transitaram para a carreira por aplicação das normas do regime transitório”.

Esta situação tem, entre outras causas, a não aplicação aos docentes do ensino superior, incluindo aos leitores e investigadores, da Diretiva Comunitária 1999/70/CE, diretiva que pretende impedir o recurso sistemático a contratos a termo para postos de trabalho reconhecidos como necessidades permanentes. Estabelece a diretiva que

os docentes não podem manter-se com contratos a prazo após 5 anos de serviço com horário completo tendo de adquirir um contrato permanente (ingresso na carreira).

A petição reclama pois à Assembleia da República “o alargamento do período transitório previsto nos Decretos-Lei 207/2009 e 205/2009” (...)” e a criação das condições previstas na legislação para a realização e conclusão do doutoramento(...)” bem como a “transposição da diretiva comunitária 1999/70/CE para os docentes do ensino superior público, relativamente à qual o Estado

O “Público” de 29 de junho: “Dois terços dos docentes das universidades privadas estão a recibos. Maioria dos professores é paga à hora, com valores que, nalguns casos, não passam dos cinco euros”.

se encontra em incumprimento desde 2001, atendendo aos casos de exercício de funções permanentes em regime de dedicação exclusiva, tempo integral ou tempo parcial” .■

Plenário de Docentes Aposentados da Região de Lisboa



Foto: Felizarda Barradas

Realizou-se no dia 3 de junho, na sede do sindicato, um plenário de docentes aposentados da Região de Lisboa, no qual foram eleitos os delegados ao 7º Encontro da Inter Reformados da USL, a realizar no dia 25 de junho, no Auditório do STAL. Foram eleitos os seguintes delegados efetivos: Joaquim Pagarete, Manuel Vasconcelos, Isabel Gaspar, Isabel Pires, Sílvia Batista, Artur Batista, Celestino Escaleira, Augusta Brites, Rita Magrinho e Deolinda Martin. Foram ainda eleitos como suplentes os sócios Margarida Lopes, Carmelinda Pereira, José Manuel Vargas e Rogério Mota. Os delegados Joaquim Pagarete e Artur Batista foram substituídos pelos suplentes Margarida Lopes e Carmelinda Pereira.

Neste plenário foi aprovada a seguinte moção:

PELO FIM DOS CORTES E DO ROUBO NO VALOR DAS PENSÕES DA CGA

Considerando que:

- Os trabalhadores aposentados pela Caixa Geral de Aposentações são sistematicamente confrontados com discursos e medi-

das que fazem recear ainda mais pelo seu futuro enquanto pensionistas.

- Há um discurso marcadamente ideológico contra os trabalhadores do Estado, apresentando-os como privilegiados por os considerar detentores de pensões imerecidas e inoportáveis face à disponibilidade financeira da CGA.

- Esta retórica, falsa mas intencional porque as pensões atribuídas decorrem legalmente de um regime contributivo ao longo das respetivas carreiras profissionais, deixa antever medidas penalizadoras para os atuais subscritores da Caixa Geral de Aposentações.

- A verdade é que, ao longo dos tempos, os governos têm contribuído de forma escassa para a sua sustentabilidade, não podendo disso serem acusados os trabalhadores. É necessário e urgente exigir respeito - as pensões e os seus valores não podem ser postos em causa.

- A decisão de transformar a CGA num sistema fechado, tomada pelo governo de José Sócrates, ao não permitir a admissão de novos subscritores a partir de 2006 veio agravar os problemas da sua sustentabili-

dade, sem que isso possa ser imputado aos trabalhadores do Estado.

Face a esta situação e perante o anúncio feito pela ministra das finanças de que seria necessário proceder a mais cortes nas pensões no valor de 600 milhões de euros, os professores aposentados da Direção Regional de Lisboa do SPGL, reunidos em plenário no dia 3 de junho, exigem que:

. Sejam repostos os valores das suas pensões, sem os sucessivos cortes a que foram sujeitas pelas imposições do governo de Passos e Portas e que tiveram o seu início com os PEC do governo Sócrates;

. O governo aprove medidas que deem estabilidade à vida dos aposentados e deixe de tomar decisões que, de forma deliberada, vão no sentido de agravar a situação atual;

. O Orçamento do Estado preveja, anualmente, as verbas necessárias para que a CGA assegure o pagamento das pensões;

. Seja previsto o alargamento do direito à inscrição na CGA a todos os trabalhadores de serviços públicos e docentes do setor

Com o objetivo de dinamizar, nas várias regiões do SPGL, o funcionamento do Departamento de Professores e Educadores aposentados, foi aprovado, pela Comissão Executiva, o novo regulamento do Departamento:

Regulamento do Departamento de Professores e Educadores aposentados

1) Composição

O Departamento de Professores e Educadores Aposentados do SPGL é constituído por todos os sócios abrangidos pelo ponto 3 do artº 8º, conjugado com o nº 2 do artº 15º dos estatutos do SPGL.

2) Competências

No respeito pelas orientações e decisões tomadas democraticamente nos órgãos e estruturas do SPGL o Departamento de Professores e Educadores Aposentados tem competências no âmbito da dinamização e organização dos docentes aposentados no sentido

- da defesa dos interesses específicos destes docentes;

- do alargamento dos apoios sociais e sindicais à sua situação;

- da apresentação de propostas para a definição e concretização da orientação para a ação reivindicativa e negocial do SPGL, FENPROF e outras organizações sindicais como a CGTP e FCSAP;

- da organização de atividades socioculturais que mobilizem estes docentes para o preenchimento das suas necessidades de formação e de lazer.

3) Organização - constituição e funcionamento

1 - O Departamento organiza-se regionalmente de acordo com o artº 28 dos estatutos do SPGL.

2 - Em cada região é constituída uma Comissão Regional que integra até 5 membros dos Corpos Gerentes do sindicato pertencentes à respetiva região.

3 - O Coordenador Regional é eleito pela Comissão Coordenadora Regional de entre os seus membros.

4 - O conjunto dos Coordenadores Re-

gionais constitui a Comissão Coordenadora do Departamento.

5 - O Coordenador do Departamento é eleito pela Comissão Coordenadora do Departamento de entre os seus membros.

6 - Compete à Comissão Coordenadora atuar como órgão executivo e dinamizador do Departamento junto da Direção do sindicato, das Comissões Regionais e dos sócios aposentados estimulando a sua dinamização e participação ativa na defesa dos interesses específicos destes docentes.

7 - O mandato da Comissão Coordenadora é de 4 anos.

8 - O Coordenador do Departamento participa na Comissão Executiva do Sindicato sempre que houver em discussão assuntos que envolvam o Departamento.

9 - A participação dos sócios aposentados em Congressos e iniciativas gerais do SPGL obedece às regras aplicáveis aos restantes sócios, com as necessárias adaptações. ■

VII ENCONTRO INTER-REFORMADOS - LISBOA



Realizou-se no passado dia 25/6, no auditório do STAL, onde estiveram presentes 88 delegados representantes dos reformados/aposentados dos sindicatos da região de Lisboa. Ali foram apresentados os problemas com que se debatem os pensionistas que após 40/50 anos de trabalho e de descontos têm visto as suas pensões reduzidas e as suas dificuldades sociais aumentadas.

Foi eleita a nova Direcção da IRL que ficou constituída por 34 membros, pertencentes a 15 sindicatos, com a seguinte distribuição: SITE (5), Hotelaria (4), Função Pública, STML e STRUP (3), SPGL, STAL, SINTAF, SEP, SNTCT e SINTAB (2), STEC, Ferroviários, STEFFAS e STAD (1).

Do plano de acção de que apresentamos apenas um ponto que consideramos essencial:

Prioridades da acção reivindicativa no triénio 2015-2018

A par do envolvimento nas lutas gerais do MSU de combate às políticas de direita e de “austeridade”, a IR Lisboa agirá em articulação com a Inter-Reformados Nacional / CG-TP-IN, tendo presente objectivos prioritários que se centrarão em dois domínios convergentes: a defesa dos Direitos dos Reformados e a defesa das Funções Sociais do Estado.

Direitos dos Reformados

• No âmbito das pensões, a IRL defende:

- A reposição imediata de todas as pensões e subsídios roubados desde 2011, incluindo as prestações sociais;
- A devolução dos subsídios de férias e de Natal, confiscados em 2012;
- O aumento anual das pensões e a actualização ao Indexante dos Apoios Sociais (IAS);
- A actualização e melhoria das prestações da segurança social;
- A reposição do pagamento do subsídio de Natal no mês Novembro, terminando com o pagamento em duodécimos;
- A rejeição das alterações do regime de pensões, nomeadamente das que implicam redução das pensões já atribuídas e em pagamento;
- A revogação das medidas relativas ao aumento da idade de reforma e da penalização do factor de sustentabilidade;
- A reposição da idade de acesso à reforma nos 65 anos e a flexibilização da antecipação de

acesso à pensão de velhice;

- Um regime de antecipação da idade legal da reforma, que assente a sua duração na carreira contributiva igual ou superior a 40 anos, independentemente da idade e sem penalização.
- O fim das alterações sucessivas ao Estatuto de Aposentação na Administração Pública, que tem reduzido as pensões e criado a insegurança e a incerteza no futuro;
- A correcção da interpretação abusiva da lei por parte da Caixa Geral de Aposentações, que tem reduzido o valor das pensões dos aposentados, para além dos cortes praticados pelo Governo.

• No âmbito do Sector Empresarial do Estado, a IRL exige:

- O cumprimento dos acordos celebrados entre Trabalhadores e Empresas, nomeadamente o pagamento dos complementos de pensões;
- A reposição dos direitos dos Reformados nos contratos colectivos e regulamentos internos das empresas.

• No campo da Saúde, a IRL exige:

- A garantia de que todos tenham um médico de família;
- A regulamentação e institucionalização dos Enfermeiros de Família, de acordo com os rácios estabelecidos pela Organização Mundial de Saúde;
- O reforço da rede de cuidados primários de saúde e a sua articulação com os cuidados hospitalares;
- O alargamento da rede pública de cuidados continuados;
- O reforço dos serviços públicos domiciliários de enfermagem e de assistência médica para idosos dependentes;
- A revogação das taxas moderadoras em geral e no imediato nos cuidados de saúde primários;
- A consolidação da ADSE como sistema de saúde autónomo da Administração Pública, a par do reforço e melhoria dos serviços prestados aos beneficiários;
- A revogação do aumento brutal da contribuição para a ADSE de 1,5% para 3,5%, a incidir sobre apenas 12 meses, para os trabalhadores da Administração Pública;
- O aumento das comparticipações nos medicamentos para os reformados e pensionistas com pensões inferiores ao salário mínimo nacional líquido;
- A actualização do valor das comparticipações relativas aos meios de correcção e compensação em função dos preços actuais das mesmas;
- O alargamento da lista de doenças crónicas

e gratuidade dos medicamentos correspondentes;

- A criação de serviços de geriatria nos Centros de Saúde e Hospitais.

• No âmbito social e na mobilidade a IRL defende:

- O alargamento da rede pública de lares de 3ª idade, de centros de dia e de serviços de apoio domiciliário;
- O acesso aos lares de 3ª idade com valores acessíveis, segundo as pensões auferidas, sem a exigência do pagamento correspondente aos subsídios de férias e de Natal;
- Maior fiscalização da rede de lares de 3ª idade, assegurando condições dignas de atendimento, maior transparência nos critérios utilizados e adequada gestão das listas de espera;
- Apoios às famílias que optem por manter os seus idosos no ambiente familiar;
- Investimento na habitação e reabilitação urbana e a promoção do mercado social de arrendamento, o que passa pela revogação da “lei das rendas”;
- A redução do custo dos transportes colectivos para os reformados, nomeadamente a redução de 50% no custo dos passes sociais;
- A eliminação de barreiras arquitectónicas que dificultam a mobilidade, a segurança e a acessibilidade no espaço público e nos edifícios;
- O acesso gratuito a acções de formação, como por exemplo, em áreas novas como a da informática, que contribuam para fazer face à exclusão dos reformados

• No domínio fiscal, a IRL exige:

- A implementação de uma política fiscal mais justa que proceda à diminuição dos impostos sobre os rendimentos do trabalho e das pensões de reforma, o que passa pelo aumento da receita através do combate a fraude e à evasão fiscal e da criação de uma taxa sobre as transacções financeiras;
- A revogação imediata da sobretaxa do IRS (3,5%);
- Uma tabela de IRS mais progressiva, com a criação de nove escalões de rendimento e a redução das taxas de imposto em todos os escalões, com excepção dos dois últimos;
- O aumento das deduções à colecta em despesas de saúde, habitação, entre outras;
- A eliminação total da Contribuição Extraordinária de Solidariedade (CES);
- O desagravamento do IVA sobre bens e serviços essenciais e do IMI.

(O documento completo pode ser visto no site do SPGL) ■



Professores: Defender a profissão, revalorizar a educação

Centenas de professores participaram na manifestação nacional, convocada pela Plataforma da Educação, que se realizou dia 20 de junho em Lisboa. Em causa o agudizar dos problemas que se vivem nas escolas e que afetam profundamente os docentes, educadores e investigadores.

Numa primeira etapa do desfile - que decorreu entre o Marquês de Pombal e o Rossio - José Alberto Marques, presidente do SPGL, dirigiu aos manifestantes uma saudação que aqui divulgamos.

Na intervenção proferida no encerramento desta ação de protesto, Mário Nogueira, secretário-geral da FENPROF, salientou algumas das razões de protesto e exigências dos professores, nomeadamente - o desgaste do corpo docente, com a sobrecarga de horário e de trabalho (ao longo destes últimos quatro anos, percentualmente, “a redução de docentes triplicou a de alunos”); um regime específico de aposentação; a suspensão do processo de municipalização em curso, tal como o da privatização do ensino.

A finalizar - e sublinhando estarmos em ano de eleições e, como tal, de definição de políticas partidárias - afirmou: “Só defendendo a Escola Pública e assumindo estima pelos profissionais da Educação se defenderá o futuro que somos obrigados a garantir às crianças e aos jovens do presente”. ■

Saudação de José Alberto Marques na Manifestação de 20 de junho



Fotos: Felizarda Barradas

Colegas,
em nome da FENPROF saúdo todos os professores, educadores e investigadores portugueses que neste dia de muito calor se deslocaram de vários pontos do país para contestarem as políticas educativas deste governo e do MEC.

Colegas,
estamos aqui para exigir desde já que o Despacho de Organização do Ano Letivo para 2015-2016 contenha as medidas necessárias a uma profunda reorganização dos horários e condições de trabalho dos professores.

Exigimos nomeadamente que:

- . Todas as atividades desenvolvidas diretamente com alunos sejam integradas nos horários como componente letiva
- . Se limite o número de turmas/níveis atribuídos a cada professor
- . A componente pedagógica predomine sobre a burocrática nas escolas (podendo assim os professores preocuparem-se sobretudo com aquilo que é mais importante, os alunos)

Exigimos a redução do número de alunos por turma

Exigimos um maior crédito de horas às escolas, de modo a possibilitar a tomada de medidas de apoio a disponibilizar aos alunos - conseguindo desta forma combater o insucesso e o abandono escolar

Como estamos muito perto das eleições legislativas é necessário que todos os partidos introduzam nos seus programas medidas que visem:

- . Uma aposentação que tenha em conta

o desgaste físico e psíquico provocado pelo exercício da profissão

. Terminar com a municipalização da educação, contra o qual os professores, de forma esmagadora, têm vindo a pronunciar-se.

. Acabar com a mobilidade especial / requalificação,

. Eliminar a prova que envergonha todos os professores - a PACC

. Combater o subfinanciamento do ensino superior e a asfixia que tem vindo a ser imposta à investigação científica.

. Por fim à forte linha privatizadora na Educação,

. Promover a estabilidade e o emprego dos professores (as listas de colocação ontem divulgadas deixaram fora da efetivação mais de 32.000 professores com muitos anos de serviço; aplicação da normativa comunitária quanto à vinculação e remuneração)

Termino a minha intervenção dizendo aos partidos políticos que, se as políticas de educação não forem alteradas, continuaremos a lutar enquanto estas não concretizarem medidas no sentido de os professores adquirirem a estabilidade e a dignidade na profissão que merecem, promovendo assim, uma Escola Pública de Qualidade e conseguindo um melhor futuro para os nossos alunos

Vivam os professores!

Viva os alunos!

Viva a Escola Pública!

Organização

Serviços

Protocolos

Cultura

Consultório Jurídico

Aos SÓCIOS

Contacte-nos



SPGL
SINDICATO DOS PROFESSORES
DA GRANDE LISBOA

Sede Rua Fialho de Almeida, 3,
1070-128 Lisboa
●Tel: 213819100
●Fax: 213819199
●spgl@spgl.pt
●Direção: spgl@spgl.pt
●www.spgl.pt

Serviço de Apoio a Sócios
●TEL: 21 381 9192
●apoiosocios@spgl.pt

Serviço de Contencioso
●TEL: 21 381 9127
●contencioso@spgl.pt

Serviços Médicos
●TEL: 21 381 9109
●servmedicos@spgl.pt

Serviços (seguros, viagens, etc.)
●TEL: 21 381 9100
●servicos@spgl.pt

Centro de Documentação
●TEL: 21 381 9119
●fenprof@fenprof.pt

Direção Regional de Lisboa
Rua Fialho de Almeida, 3 - 3º
1070-128 Lisboa
Tel: 213819100 Fax: 213819199
drlisboa@spgl.pt

Direção Regional do Oeste
●Caldas da Rainha
Av. Engº Luís Paiva e Sousa, 4 B 2500-
329 Caldas da Rainha
Tel: 262841065 Fax: 262844240 E-Mail:
caldasrainha@spgl.pt
●Torres Vedras
Bº Vila Morena, Ed. Sol Jardim,
Lj 3 - 2º piso, Bl. 2
2560-619 Torres Vedras
Tel: 261311634 Fax: 261314906 E-Mail:
torresvedras@spgl.pt

Direção Regional de Santarém

●Abrantes
Rua S. Domingos - Ed. S. Domingos, 3º B
2200-397 Abrantes
Tel: 241365170 Fax: 241366493
abrantes@spgl.pt
●Santarém
Rua Vasco da Gama, 16 J - 1º Esq. 2000-
232 Santarém
Tel: 243305790 Fax: 243333627
santarem@spgl.pt
●Tomar
Av. Ângela Tamagnini, nº 28 r/c Esq.
2300-460 Tomar
Tel: 249316196 Fax: 249322656 E-Mail:
tomar@spgl.pt
●Torres Novas
R. Padre Diamantino Martins,
lote 4-Loja A
2350-569 Torres Novas
Tel: 249820734 Fax: 249824290 E-Mail:
torresnovas@spgl.pt

Direção Regional de Setúbal

●Setúbal
Rua Dr. Alves da Fonseca, 5 - 2º 2900-218
Setúbal
Tel: 265228778 Fax: 265525935 E-Mail:
setubal@spgl.pt
●Barreiro
Rua Marquês de Pombal, 40 - r/c 2830-336
Barreiro
Tel: 212079395 Fax: 212079368 E-Mail:
barreiro@spgl.pt
●Almada
R. D. Álvaro Abranches da Câmara, nº 42A
2800-015 Almada
Tel: 212761813 Fax: 212722865 E-Mail:
almada@spgl.pt



A saúde dos professores e a escola



Cozinha de contos



Laboratório de contador de histórias



Museu da Música



O passeio d

Breves notas sobre as Jornadas Pedagógicas da Direção Regional de Lisboa

As jornadas Pedagógicas da Direção Regional de Lisboa realizaram-se este ano em momentos de muito e intenso trabalho. Coincidiram com a organização e realização do nosso V Congresso e mais tarde em ambiente eleitoral.

Mais uma vez estas jornadas - compostas de duas vertentes distintas, a das ações em contexto de sala e as visitas em contexto de museu ou ao ar livre - visaram momentos de aprendizagem ou reforço dessa mesma aprendizagem e o contacto entre os professores sócios do SPGL, sendo também abertas a todos os professores que nelas queiram participar, bem como, no caso das visitas, a familiares acompanhantes.

A procura destas jornadas atesta a necessidade da sua continuidade, procurando-se que vão ao encontro das necessidades dos professores. Por isso tenta-se contemplar algumas das suas sugestões, referidas nas avaliações que são feitas individualmente em cada jornada, ação ou visita.

Tendo em conta a avaliação feita pelos participantes que, na sua generalidade, são bastante positivas, consideramos que as mesmas têm sido bem-sucedidas. De um modo geral as jornadas tiveram uma boa adesão, não sendo mesmo possível em alguns casos aceitar todas as inscrições, devido ao limite imposto, por vezes, pelas instituições visitadas. Foram canceladas duas das jornadas por inscrições insuficientes, uma das quais talvez devido ao facto de ser a primeira e muito cedo face à divulgação e publicitação das mesmas. Aqui fica a nota de que no próximo ano se tentará integrar a mesma na programação que se realizar.

Este ano, pela primeira vez, realizamos uma visita em comboio da CP com o título "Descobrir Tomar", a qual foi muito apreciada pelos colegas que nela participaram.

Sobre esta visita damos nota de um texto da autoria do nosso sócio Fernando Costa que, como vai sendo habitual, o faz sempre que participa em alguma jornada.

A direção regional de Lisboa continuará a proporcionar Jornadas Pedagógicas a todos os sócios, independentemente de serem ou não de Lisboa, e a tentar que estas sejam o mais diversificadas possível, de modo a satisfazer todos os grupos e setores de ensino.

O Grupo das Jornadas Pedagógicas da Direção Regional de Lisboa

Jornada Pedagógica "Descobrir Tomar"

(Curto resumo do dia)

O SPGL promoveu mais uma atividade, integrada no programa de "Jornadas Pedagógicas 2015". A Jornada nº13, com o título "Descobrir Tomar", realizou-se no dia 14 de março, com partida de Stª Apolónia, em comboio regional. Na estação de Tomar fomos recebidos pela guia local, tendo realizado uma visita pedonal ao Centro Histórico; ao Museu dos Fósforos, com uma coleção de cerca de quarenta mil embalagens de fósforos de quase todos os países do mundo; Olaria, com exposição e venda de artigos diversos executados por



Descobrir Tomar



Laboratório de contador de histórias



os dinossauros



Percurso por Lisboa – cidade e linguagem simbólica



Quinta da Regaleira



artistas; Sinagoga, instalada na antiga judiaria, no centro histórico da cidade. É um dos templos judaicos mais antigos de Portugal. Foi construída em meados do século XV e alberga, atualmente, o museu Abraão Zacuto; Igreja de S. J. Batista e Núcleo de Arte Contemporânea e a Igreja de Stª Maria do Olival.

A Sinagoga de Tomar não tem comunidade. Há só duas famílias judias. Para haver culto tem de haver dez homens. Tem uma arca da aliança, oferecida por uma família de Londres. Há um sistema de amplificação de som, composto por oito bilhas de barro invertidas, para fazer de caixa de ressonância, dado que há 500 anos não havia microfones. Todos os homens que entram em qualquer Sinagoga têm que cobrir a cabeça, ou com o próprio chapéu, ou com um quipá. A sala que visitámos é só para homens, por isso as mulheres não se cobrem.

A seguir a um almoço de cariz regional, com ementa típica, no Restaurante Infante, visitámos os seguintes locais, no "Tomar Trem": Aqueduto dos Pegões; Castelo dos Templários e Convento de Cristo.

Tomar fica nos "Caminhos de Santiago". Há uma porta que tem o nome de "Porta de Santiago" por isso os peregrinos ficavam uma noite no Convento seguindo, no dia seguinte, para o resto da caminhada. O Castelo foi iniciado no dia 1 de março de 1160, a pedido de D. Afonso Henriques. Há uma parede inclinada chamada alambor, feita de propósito, para dificultar a subida do inimigo. É uma técnica de construção civil trazida de Jerusalém e do norte de África, pelos mouros, e que os portugueses copiaram. As escadas não se podiam colocar e quando os mouros tentavam escalar, os templários deitavam-lhes azeite a ferver. O núcleo do próprio castelo não pode ser visitado por se encontrar em ruínas.

Visitámos a charola, igreja redonda, do século XII, junta com uma igreja do século XVI. Foi construída na mesma data que o castelo. Vimos também a célebre "Janela do Capítulo", construída como símbolo de homenagem aos navegadores portugueses. No refeitório dos monges soubemos que as duas grandes mesas têm bancos só na parte de fora para que

os frades não fiquem de costas uns com os outros. A parede tem um orifício para os vigiar. Conhecemos os tanques no claustro das lavagens, onde os monges lavavam as roupas, e só as roupas, dado que nunca tomavam banho. Acreditavam que, ao tomarem banho, a água iria tirar a pureza do espírito e a do corpo. Na cozinha há um forno para cozer o pão só para os monges e um espaço para defumar as carnes, enquanto que, noutra claustro, um forno grande era destinado a cozer pão para o povo.

Outro claustro destinava-se ao lazer dos monges e era chamado claustro dos corvos, nome atribuído, só porque as suas vestes negras faziam lembrar aquelas aves negras.

Regressámos ao Centro Histórico donde partimos, no Tomar Trem, para a estação de Tomar, onde o comboio regional nos esperava para o regresso a Lisboa.

Março de 2015
Fernando Costa – Cascais

E S P A Ç O



ESPAÇO
António Borges Coelho
(Galeria SPGL)



Espaço ABC Olhares Vertidos: uma exposição diferente



Fotos: Paulo Machado

De 26 de junho a 22 de julho o espaço ABC (António Borges Coelho), na sede do SPGL, recebe uma exposição diferente: vão estar expostos desenhos e aguarelas de um conjunto de professores e alunos do agrupamento de escolas Dr. António Augusto Louro. Diversos Olhares Vertidos “sobre as tintas, tintas que preenchem a nossa

vida com mais cor, dando-lhe uma textura suave e dando à nossa vida mais sabor”. É a primeira vez que este espaço é utilizado por um coletivo de professores e alunos de uma escola. Esperamos que esta seja a primeira de outras iniciativas semelhantes. Nos últimos dois anos este espaço ganhou notoriedade.

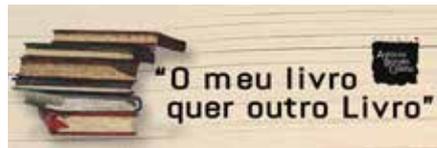
Recuperou de um período menos feliz através de exposições de artistas “de nome feito”. É chegada a hora de conciliarmos nomes consagrados com novos valores que despontam no campo das artes, salvaguardando sempre a qualidade do que se expõe. Além disso, gostaríamos que este espaço recebesse trabalhos das nossas escolas,

dos nossos professores, de modo a acentuar a sua natureza: é um espaço de um sindicato de professores - o SPGL.

Uma coletiva de professores

O Espaço ABC está reservado no próximo mês de dezembro para uma coletiva de professores, aberta a todos os que queiram nela participar, tendo prioridade os sócios do SPGL. Os trabalhos, no máximo dois por professor, devem ser enviados para o SPGL até 15 de novembro. Serão aceites diversas formas de expressão artística, desde que comportáveis com o espaço disponível. Se necessário, por razões de espaço, poderá ser exposto apenas um dos trabalhos apresentados. Mais informações sobre esta iniciativa serão dadas em

setembro, através do Escola- Informação e da página do SPGL na Internet. Mas vá desde já preparando os seus trabalhos.



Iniciativa desenvolvida pelos Departamentos da Cultura e de Aposentados, "O meu livro quer outro livro" tem vindo a constituir-se como um incentivo à leitura através da "circulação" de obras entre os que aceitam partilhar os seus livros com outros, num intercâmbio que é ao mesmo tempo criador de amizades. Este trabalho foi complementado com a organização de encontros entre os professores e os autores, uns já consagrados outros em início de carreira artística. Neste momento estão em

preparação dois novos programas. Uma sessão no Parque dos Poetas, em Oeiras, a realizar no mês de julho, e um Roteiro dos Escritores num programa de cinco dias a realizar em setembro, onde evocaremos as obras e autores como José Régio, Guerra Junqueiro, António Nobre, Camilo Castelo Branco, Eça de Queiroz, Teixeira de Pascoaes, João de Araújo Correia e Miguel Torga. As vertentes da iniciativa manter-se-ão no próximo ano letivo, havendo a preocupação de dar um maior "espaço" à poesia – de certo modo "marginalizada até agora". Embora os dinamizadores desta iniciativa sejam na sua maioria docentes aposentados, ela destina-se a todos os sócios - aposentados ou no ativo! ■



A não perder A página da educação - Verão de 2015

A profedições (www.profedicoes.pt) continua, com hercúleo esforço, a presentear-nos com "a página da Educação" – uma excelente revista onde a Educação, no seu sentido mais amplo e nas suas múltiplas ligações às realidades sociais, é tratada com mestria e profundidade. Neste número (Verão 2015) textos de Licínio Lima, Luis Vendeirinho, Luiz Dourado, uma entrevista a Maria do Céu Roldão, entre outros, merecem a leitura atenta e crítica de todos os docentes. Não hesite!



Legislação

DR - I Série

- **Portaria n.º 75/2015 de 03-12**
Estabelece as adaptações aplicáveis à avaliação do desempenho dos docentes em exercício efetivo de funções integrados em mapas de pessoal dos estabelecimentos ou instituições de ensino sob a tutela do Ministério da Defesa Nacional e revoga a Portaria n.º 240/2011, de 21 de junho.
- **Resolução da Assembleia da República n.º 31/2015 04-01**
Recomenda ao Governo a criação de mecanismos que assegurem o pagamento atempado dos contratos para a prestação de serviço público de educação às escolas do ensino particular e cooperativo.
- **Decreto-Lei n.º 72/2015 de 05-11**
Procede à terceira alteração ao Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de janeiro, que regulamenta os conselhos municipais de educação e aprova o processo de elaboração de carta educativa.
- **Portaria n.º 165-B/2015 de 06-03**
Segunda alteração à Portaria n.º 74-A/2013, de 15 de fevereiro, que estabelece as normas de organização, funcionamento, avaliação e certificação dos cursos profissionais ministrados em estabelecimentos de ensino público, particular e cooperativo, que ofereçam o nível secundário de educação, e em escolas profissionais.
- **Decreto-Lei n.º 101-A/2015 de 06-04**
Aprova um mecanismo extraordinário de correção cambial às remunerações e abonos dos trabalhadores das carreiras do Ministério dos Negócios Estrangeiros em funções nos serviços periféricos externos, bem como dos trabalhadores da Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal, E. P. E., e do Turismo de Portugal, I. P., que exerçam funções na dependência funcional dos chefes

- de missão diplomática.
- **Portaria n.º 172-A/2015 de 06-05**
Fixa as regras e procedimentos aplicáveis à atribuição de apoio financeiro pelo Estado a estabelecimentos de ensino particular e cooperativo de nível não superior.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 42-A/2015 de 06-19**
Autoriza a realização da despesa destinada ao apoio financeiro do Estado aos estabelecimentos de ensino particular e cooperativo que celebrem contratos de associação, nos termos do Estatuto do Ensino Particular e Cooperativo.
- **Resolução do Conselho de Ministros n.º 42-B/2015 de 06-19**
Determina o encerramento do Programa e-escola.

DR - II Série

- **Aviso n.º 2701-A/2015 de 03-11**
Lista nominativa de colocação em situação de requalificação dos docentes inseridos na carreira, do Ministério da Educação e Ciência.
- **Recomendação n.º 2/2015 de 03-25**
Recomendação sobre Retenção Escolar nos Ensinos Básico e Secundário.
- **Despacho n.º 3353/2015 de 04-01**
Determina que as escolas públicas e privadas se possam candidatar à oferta formativa de cursos vocacionais no ensino básico e secundário, a iniciar no ano letivo de 2015-2016.
- **Despacho n.º 3446-B/2015 de 04-02**
Primeira alteração do Regulamento de aplicação, classificação e certificação do Preliminary English Test for Schools (PET), aprovado e publicado em anexo ao Despacho n.º 2179-B/2015, de 2 de março.
- **Despacho n.º 4212/2015 de 04-27**
Determina o pagamento das compensações financeiras devidas aos docentes nos termos da Resolução do Conselho de Ministros n.º 61/2014.
- **Despacho n.º 4595/2015 de 05-06**
Estabelece o processo de avaliação, certificação e reconhecimento da formação acreditada.
- **Despacho Normativo n.º 7-B/2015 de 05-07**
Estabelece os procedimentos da matrícula e respetiva renovação, as normas a observar na distribuição de turmas e período de funcionamento dos estabelecimentos de educação e de ensino.
- **Despacho n.º 4773/2015 de 05-08**
Define as regras necessárias para os docentes requererem mobilidade por motivo de doença.
- **Despacho n.º 5251-B/2015 de 05-20**
Fixa os termos em que são emitidos os documentos comprovativos da realização dos cursos de complemento de formação superior para a docência no grupo de recrutamento 120.
- **Despacho n.º 5418/2015 de 05-22**
Estabelece a correspondência entre as áreas de formação previstas no Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, e as áreas de formação estabelecidas na legislação anterior à sua publicação, para efeitos de manutenção e correspondência da acreditação dos formadores acreditados pelo CCPFC.
- **Despacho n.º 5741/2015 de 05-29**
Fixa o processo de reconhecimento e certificação das ações de formação de curta duração a que se refere a alínea d) do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro.
- **Despacho Normativo n.º 10-A/2015 de 06-19**
Organização do ano letivo
- **Despacho n.º 6984-A/2015 06-23**
Determina o número de créditos de tempos letivos a atribuir para o Programa de Desporto Escolar no ano letivo 2015-2016. ■

Regime e Efeitos das Faltas para Assistência a Familiares na Doença

De acordo com o artigo 134º n.º 2 e), da Lei Geral em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, as faltas para assistência a familiares constituem faltas justificadas do trabalhador. Para o efeito em presença, o conceito de familiar integra: o cônjuge ou pessoa que viva em união de facto ou economia comum com o trabalhador, parente ou afim em linha reta ascendente (pais/avós) ou no segundo grau da linha colateral (irmãos).

De acordo com o artigo 252º, n.º 1, do Código do Trabalho (aplicável a todos os trabalhadores em funções públicas, em matéria de direitos da parentalidade) estes têm direito a faltar ao trabalho até 15 dias por ano para prestar assistência “inadiável e imprescindível” aos referidos familiares. Contudo, o n.º 2 do mesmo preceito legal vem determinar que, a esse período acresce um outro de igual duração (num total de 30 dias) no caso da prestação de assistência se dirigir a **pessoa com deficiência ou doença crónica** que seja cônjuge ou viva em união de facto com o trabalhador.

No que diz respeito ao regime jurídico das faltas em questão o mesmo é diferente consoante se trate de trabalhadores integrados no **regime convergente** ou no **regime da segurança social**. É de esclarecer que se integram no primeiro grupo os que foram admitidos como funcionários ou agentes da Administração Pública antes de 1 de janeiro de 2006 e, no segundo grupo, os que nela ingressaram depois dessa data, nos termos da Lei n.º 60/2005, de 31 de dezembro (Lei do Orçamento para 2006), regulamentada pelo D.L. n.º 55/2006, de 15 de março.

No que diz respeito aos trabalhadores do **regime convergente**, estas faltas encontram-se reguladas nos artigos 14º e 40º, da referida Lei 35/2014 conjugados com o disposto no artigo 36º, n.º 3 do DL n.º 89/2009, de 9 de abril.

Deste quadro legal resulta que as referidas faltas determinam a perda da remuneração na totalidade e o direito a um subsídio pago pela entidade empregadora, equivalente a 65% da remuneração de referência (cfr artigo 22º do mesmo DL n.º 89/2009). Ainda neste caso, também há lugar a perda de subsídio de refeição, nos termos do DL n.º 57-B/84, de 20 de fevereiro, alterado pelo DL n.º 70-A/2000.

Por sua vez, o enquadramento jurídico das mesmas faltas aplicável aos trabalhadores **integrados no regime da Segurança Social** consta do artigo 134º n.º 2 e), da Lei Geral do Trabalho em funções Públicas supra mencionada e do artigo 252º, do Código do Trabalho.

Em matéria de efeitos destas faltas é ainda aplicável o disposto no artigo 134º n.º 4, da referida LGTFP e no artigo 255º n.º 2 e) e n.º 3, do Código do Trabalho. Deste quadro legal resulta que, neste caso, o trabalhador perde a remuneração na totalidade e, sendo as mesmas consideradas como prestação efetiva de trabalho não há lugar a subsídio da segurança social. No que ao subsídio de refeição diz respeito, o regime é igual ao dos trabalhadores integrados no regime de convergência ou seja, estas faltas também determinam a sua perda, nos termos do referido DL n.º 57-B/84, de 20 de fevereiro, na redação que lhe foi dada pelo DL n.º 70-A/2000. ■



CEFCORREIOS

TAXA PAGA
PORTUGAL
CONTRATO 877788

PUBLICAÇÕES
PERIÓDICAS

AUTORIZADO A CIRCULAR
EM INVÓLUCRO FECHADO
DE PLÁSTICO OU PAPEL
DE00012015CE
PODE ABRIR-SE PARA
VERIFICAÇÃO POSTAL



Horários
de Trabalho
que nos permitam
SER
PROFESSORES
SPGL

Horários
de Trabalho
que nos permitam
SER
PROFESSORES
SPGL

Cato do... Profess
la Granda... ooa

Felizarda Barradas

SPGL . Rua Fialho de Almeida, nº 3
1070 - 128 LISBOA